

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
GRADUAÇÃO EM DIREITO

EMILY KÖNIG TIETBÖHL

**MANUTENÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS? UMA CRÍTICA
DESCOLONIAL DA FUNÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES
UNIDAS**

CRICIÚMA

2019

EMILY KÖNIG TIETBÖHL

**MANUTENÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS? UMA CRÍTICA
DESCOLONIAL DA FUNÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES
UNIDAS**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof^a. Dra. Débora Ferrazzo.

CRICIÚMA

2019

**MANUTENÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS? UMA CRÍTICA
DESCOLONIAL DA FUNÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES
UNIDAS**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Direito e aprovado em sua forma final pelo Curso de Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 06 de dezembro de 2019.

Orientadora Prof. Dra. Débora Ferrazzo

Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer

Prof. Dr. Lucas Machado Fagundes

Dedico este trabalho aos meus pais,
Lenita e Guiberto. Por causa de vocês, eu
não desisti.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa Universidade para Todos – Prouni, por oferecer a oportunidade de ingresso no ensino superior àqueles que, sem o programa, a faculdade seria uma realidade muito distante (muito obrigada).

À Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC e, mais precisamente, ao Curso de Direito e seus docentes, pela acolhida durante todo o processo de graduação até a sua conclusão.

À Professora Débora Ferrazzo, por aceitar a empreitada de orientar uma acadêmica insegura durante um período crucial na sua própria trajetória acadêmica, assim como pela paciência, pelos direcionamentos precisos e pela introdução à perspectiva descolonial.

Aos colegas, supervisores e chefes de todos os estágios obrigatórios e não obrigatórios dos quais tive a sorte de fazer parte ao longo do curso.

Aos meus amigos, e em especial à Elisângela, Larisse, Luciano e Natane, pelo companheirismo e pela troca de experiência, conselhos, risos e surtos.

Ao Professor Jean, pela dedicação à profissão, refletida no carinho e na atenção dispensados aos acadêmicos, pelas conversas em inglês e tentativas de francês, por ressignificar a relação entre docente e discente, pela amizade.

À minha família, na figura da minha tia e dinda de coração, Zenilda, pela força que emana, por nunca desistir e pelo amor incondicional, e na figura da minha prima e irmã de coração, Manoela, por representar tanto (a mim), por ser tanto, por sonhar tanto e alcançar tanto, enfim – por tanto.

Ao meu irmão, por estar amadurecendo e começando a compreender o mundo para além do próprio quarto.

Ao meu companheiro de vida e melhor amigo Gilberto, por tentar enxergar o copo meio cheio, por entender meus momentos difíceis e me incentivar, pelos kits de primeiros socorros contendo alimentos necessários para noites de estudos, por estar disposto a aprender e por me ensinar que o amor pode ser leve.

Aos meus pais, Lenita e Guiberto, por nunca desistirem de mim, por me ensinarem, desde cedo, que a educação e o conhecimento são das poucas coisas que não nos podem ser retirados, pelos sacrifícios inominados, por serem exemplos de força e luta, por me acompanharem seja de corpo presente ou em pensamento nessa jornada contínua, pela minha vida: muito, muito obrigada.

“Cuando se estudie a fondo la conducta de las naciones, se descubrirá que existe una ley según la cual sólo la guerra perdida es un crimen internacional”.

(Juez Radhabinod Pal)

RESUMO

O presente trabalho analisa, através da perspectiva da teoria crítica descolonial, a função do Conselho de Segurança das Nações Unidas, órgão integrante da ONU, organização internacional criada em um contexto histórico de Pós-II Guerra Mundial e fundada pelos próprios países que dela saíram vencedores, consistente na responsabilidade de assegurar a paz e segurança internacionais. Busca-se, a partir desse estudo, averiguar se a ONU e, mais especificamente, o Conselho de Segurança, através da sua composição e prerrogativa de veto, exerce uma função colonial no âmbito das relações internacionais. Para isso, o método dedutivo é empregado, interdisciplinarmente, privilegiando-se o aporte descolonial para análise dos campos da pesquisa, assim como material bibliográfico diversificado, nacional e internacional. A discussão teórica é, então, dividida em três momentos: aos dois primeiros reserva-se a contextualização histórica dos conceitos de eurocentrismo, colonialidade e da própria teoria crítica descolonial, assim como dos acontecimentos que se sucederam até a criação da ONU; e, ao terceiro, a análise do uso do poder de veto, assim como, concretamente, da atuação do Conselho de Segurança em dois casos internacionalmente emblemáticos de conflitos armados que demandaram uma resposta rápida dos membros do Conselho, mas que devido a fatores particulares, não a obtiveram e, por fim, aplicação das teorias críticas descolonial e de direitos humanos à função do Conselho de Segurança.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria crítica descolonial; Conselho de Segurança das Nações Unidas; Organização das Nações Unidas; função colonial; colonialidade.

ABSTRACT

This paper analyzes, from decolonial perspective, the role of the United Nations Security Council, a UN body, an international organization created within a post-World War II historical context and founded by the very countries that emerged as winners from the war, consisting on the responsibility to ensure international peace and security. The aim of this study is to investigate whether the UN and, more specifically, the Security Council, through its composition and veto prerogative, exercises a colonial role in the context of international relations. For this, the deductive method is employed, interdisciplinarily, favoring the decolonial contribution for analysis of the research fields, as well as diverse national and international bibliographic material. The theoretical discussion is then divided into three moments: the first two reserve the historical contextualization of the concepts of eurocentrism, coloniality and of decolonial perspective itself, as well as of the events that followed until the creation of the UN; and, the third, the analysis of the use of veto power, as well as, specifically, the Security Council's role in the civil war in Rwanda and Syria, internationally emblematic armed conflicts that demanded a swift response from Council members, but which due to particular factors, they did not obtain it, and, lastly, application of the decolonial perspective and human rights critical theory to the role of the Security Council.

KEYWORDS: Decolonial perspective; United Nations Security Council; United Nations Organization; colonial role; coloniality.

RESUMEN

Desde la perspectiva de la teoría crítica descolonial, el papel del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, miembro de la ONU, una organización internacional creada en un contexto histórico posterior a la Segunda Guerra Mundial y fundada por los mismos países que surgieron como ganadores, consistente en la responsabilidad de garantizar la paz y la seguridad internacionales. El objetivo de este estudio es investigar si la ONU y, más específicamente, el Consejo de Seguridad, a través de su composición y prerrogativa de veto, ejercen una función colonial en el contexto de las relaciones internacionales. Para ello, se emplea el método deductivo, interdisciplinariamente, favoreciendo la contribución descolonial para el análisis de los campos de investigación, así como diversos materiales bibliográficos nacionales e internacionales. La discusión teórica se divide entonces en tres momentos: los dos primeros reservan la contextualización histórica de los conceptos de eurocentrismo, colonialidad y de la teoría crítica descolonial misma, así como de los acontecimientos que siguieron hasta la creación de la ONU; y, al tercero, el análisis del uso del poder de veto, así como, específicamente, la acción del Consejo de Seguridad en la guerra civil de Ruanda y Siria, conflictos armados internacionalmente emblemáticos que exigieron una respuesta rápida de los miembros del Consejo, pero que debido a factores particulares, no lo obtuvieron y, finalmente, la aplicación de las teorías descoloniales y críticas de los derechos humanos a la función del Consejo de Seguridad.

PALABRAS-CLAVE: Teoría crítica descolonial; Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas; Organización de las Naciones Unidas; papel colonial; colonialidad.

RÉSUMÉ

Du point de vue de la théorie critique décoloniale, cet article analyse le rôle du Conseil de Sécurité des Nations Unies, membre de l'ONU, une organisation internationale créée dans un contexte historique d'après la Seconde Guerre Mondiale et fondée par les pays qui sont sortis vainqueurs, conformément à la responsabilité d'assurer la paix et la sécurité internationales. L'objectif de cette étude consiste à déterminer si l'ONU, et plus particulièrement le Conseil de Sécurité, par sa composition et sa prérogative de veto, exerce une rôle colonial dans le contexte des relations internationales. Pour cela, la méthode déductive est utilisée, de manière interdisciplinaire, favorisant la contribution décoloniale pour l'analyse des champs de recherche, ainsi que du matériel bibliographique diversifié, national et international. La discussion théorique est ensuite divisée en trois moments: les deux premiers réservent la contextualisation historique des concepts de l'eurocentrisme, de la colonialité et de la théorie critique décoloniale elle-même, ainsi que des événements qui ont suivi jusqu'à la création de l'ONU; et, troisièmement, l'analyse de l'utilisation du droit de veto, ainsi que, plus précisément, du rôle du Conseil de sécurité dans la guerre civile au Rwanda et en Syrie, conflits armés emblématiques au plan international qui exigeaient une réponse rapide des membres du Conseil, mais qui en raison de facteurs particuliers, ils ne l'ont pas obtenu et, enfin, l'application des théories critiques du décoloniale et des droits de l'homme à la fonction du Conseil de Sécurité.

MOTS-CLÉS: Théorie critique décoloniale; Conseil de Sécurité des Nations Unies; Organisation des Nations Unies; rôle colonial; colonialité.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Uso do poder de veto no CSNU.....	64
Figura 2 - Eleição dos 5 membros não permanentes (mandato de 1994).....	73

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DPKO	<i>Department of Peacekeeping Operations</i> (Departamento de Operações de Manutenção da Paz)
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
FPR	Frente Patriótica Ruandesa
ONU	Organização das Nações Unidas
UNAMIR	<i>United Nations Assistance Mission for Rwanda</i> (Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda)
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
TPI	Tribunal Penal Internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 EUROCENTRISMO E COLONIALIDADE SOB A CRÍTICA DESCOLONIAL...	17
2.1 O EUROCENTRISMO E O PADRÃO MUNDIAL DE PODER HODIERNO .	17
2.2 DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE	23
2.3 TEORIA DESCOLONIAL NA AMÉRICA LATINA	28
3 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: SURGIMENTO NO CENÁRIO DO PÓS-II GUERRA MUNDIAL.....	36
3.1 LIGA DAS NAÇÕES COMO MODELO EMBRIONÁRIO DA ONU	36
3.2 1945: ASSINATURA DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E CONSEQUENTE CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	42
3.3 CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: UM ÓRGÃO PACIFICADOR (MAS PARA QUEM?).....	50
4 CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS E PODER DE VETO: COLONIALIDADE DO PODER	60
4.1 VETO: UM ÔNUS OU BÔNUS?	61
4.2 A MANUTENÇÃO DA PAZ NA PRÁTICA: CASOS CONCRETOS	68
4.3 AS TEORIAS CRÍTICAS APLICADAS À FUNÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS	81
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO

Analisando-se o processo de desdobramento histórico dos povos e a composição das sociedades espalhadas pelos quatro cantos do globo através dos séculos, é possível identificar um denominador comum entre elas: a sua mutação. Essa mutação pode ser verificada, a saber, pelo processo de colonização liderado por países europeus, principalmente nos continentes da Ásia, África, Oceania, da própria Europa e da América, no qual culminou na gradual consolidação do colonialismo e, posteriormente, da colonialidade.

O colonialismo, portanto, iniciou-se com a invasão do território a ser colonizado pelo europeu – impondo sua cultura e seus costumes –, e transcendeu a descolonização mediante o fenômeno da modernidade-colonialidade, ao estabelecer, intrinsecamente, a sua hegemonia e hierarquia, através do que viria a ser chamado de “padrões de poder”, a saber: da raça, do gênero e do trabalho. Assim, a hierarquia entre os povos, imposta sob esse cenário, fez ascender em nível de sistema internacional e institucional, a exemplo do Conselho de Segurança das Nações Unidas – cuja função primordial é a segurança e paz internacionais – 5 países¹, predominantemente, europeus, vencedores da II Guerra Mundial, e que se encarregaram da responsabilidade de administrar a agenda internacional em conformidade, *prima facie*, com os princípios que a orientam.

A realidade, no entanto, aparenta ser diversa da prevista na Carta das Nações Unidas, em seu artigo 24, inciso I², uma vez que existem, em curso, conflitos armados como ocorre com o caso sírio, cuja situação de violação constante de direitos humanos perdura desde 2011. Isso porque, aparentemente, o Conselho ainda não obteve êxito em reunir-se a fim de editar uma resolução em que todos os seus membros – tanto os 5 permanentes quanto os 10 não permanentes – concordem com a melhor estratégia a ser adotada para o restabelecimento de paz naquele território, sem que, contudo, o poder de veto seja utilizado sob algum argumento de fundo político e de interesse particular na causa.

¹ Estados Unidos da América, França, Rússia, China e Reino Unido.

² Artigo 24 1. A fim de assegurar pronta e eficaz ação por parte das Nações Unidas, seus membros conferem ao Conselho de Segurança a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais e concordam em que no cumprimento dos deveres impostos por essa responsabilidade o Conselho de Segurança aja em nome deles.

O veto, nesse caso, reforça a ideia da função colonial do órgão, à medida que a concentração do poder decisório “nas mãos” dos representantes de países símbolos da colonização e hegemonia mundial gera, conseqüentemente, a utilização indevida da sua função no processo de alcance de seus objetivos particulares, inviabilizando, mais uma vez, o interesse e a necessidade dos países subalternos.

A partir do histórico de atuação do CSNU no conflito sírio, outras foram as situações encontradas – registradas por meio de documentos oficiais emitidos pela Organização das Nações Unidas, no âmbito de cada órgão respectivo –, as quais apontam para uma execução de suas funções, muitas vezes, prejudicada por motivos adjacentes ao objeto de discussão (manutenção/restabelecimento de paz) das reuniões – fatores esses que permeiam o modo como as políticas externas e de interesse econômico são regidas pelos Estados-membros daquele órgão. Assim sendo, o que se questiona é a possibilidade de se afirmar que a ONU, no âmbito das relações internacionais, por meio do Conselho de Segurança das Nações Unidas, cumpre uma função colonial.

A fim de que esse questionamento seja elucidado, o presente trabalho apoiar-se-á na teoria crítica do direito, uma vez ser considerada uma concepção teórico-prática viabilizadora de uma retomada histórica de consciência daqueles sujeitos/povos que foram subjugados a um processo de apagamento histórico-cultural, propondo-se a evidenciar a extensão da influência que poderes hegemônicos exercem sobre esses mesmos sujeitos/povos e a incentivar práticas insurgentes.

A metodologia a ser empregada será a dedutiva, de forma interdisciplinar, privilegiando-se o aporte descolonial para analisar os campos de objeto da pesquisa, procedendo-se a um levantamento da base teórica da temática (conceitos de eurocentrismo, colonialidade e da teoria descolonial). Como fonte de análise, utilizar-se-á material bibliográfico diversificado, especialmente livros, artigos, teses e dissertações, bem como documentos oficiais publicados e fornecidos pelo próprio sítio eletrônico da ONU, a saber, atas de reuniões do CSNU e da Assembleia Geral das Nações Unidas e resoluções adotadas e vetadas pelos membros do Conselho.

Por sua vez, o objetivo geral desse trabalho reside em verificar a função colonial do Conselho de Segurança das Nações Unidas de manter a paz e

segurança internacionais e, para que seja alcançado, serão assumidos três objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico consistirá em analisar os conceitos de eurocentrismo e de colonialidade, assim como discorrer sobre a teoria descolonial. O primeiro capítulo tratará, portanto, do contexto histórico em que o eurocentrismo foi originado e do seu impacto sobre os povos por ele atingidos. Tratará, ainda, sobre as semelhanças e divergências entre os conceitos de colonialismo e colonialidade e as consequências trazidas pela reprodução dessas práticas de poder e, ao final, contextualizar-se-á o surgimento da teoria descolonial na América Latina. O segundo objetivo específico compreenderá o estudo acerca da estrutura da Organização das Nações Unidas – organização internacional na qual está inserido o Conselho de Segurança – e o contexto histórico em que foi criada. Consequentemente, o segundo capítulo tratará acerca dos acontecimentos que levaram à criação e extinção da Liga das Nações e que precederam o surgimento da ONU. Analisar-se-á, ainda, a Carta das Nações Unidas e seus componentes, tratando-se, por fim, do CSNU, sua função e atuação.

O terceiro objetivo específico residirá em verificar a função do CSNU, enquanto órgão decisório dentro da ONU, para averiguar o modelo de estrutura imperial e eurocêntrico sob o qual foi construído, a fim de que se possa aferir se a ONU, através do CSNU, cumpre uma função colonial no âmbito das relações internacionais, utilizando-se, para isso, a perspectiva descolonial. O terceiro capítulo, então, irá examinar o poder de veto e as divergências acerca da sua manutenção/utilização pelos membros permanentes. Apresentará dois casos concretos envolvendo conflitos armados e violação de direitos humanos, a saber, os casos de guerra civil de Ruanda e da Síria, que demandaram (e ainda demandam) uma atuação por parte do CSNU, demonstrando-se como ela ocorre (no caso sírio, ainda em curso), e ocorreu (no caso ruandês). Será concluído, portanto, aplicando-se as teorias descolonial e crítica dos direitos humanos, a fim de verificar se o CSNU exerce uma função colonial em âmbito internacional/institucional.

Desse modo, a importância social deste trabalho reside em trazer reflexões acerca das consequências do colonialismo nos povos periféricos por ele atingidos, bem como do seu desdobramento na modernidade-colonialidade.

2 EUROCENTRISMO E COLONIALIDADE SOB A CRÍTICA DESCOLONIAL

Os assuntos tratados neste capítulo versarão, inicialmente, acerca da concepção do eurocentrismo, trazendo o contexto histórico em que foi originado e o impacto dessa racionalidade exercido sobre os povos por ele atingidos. Em seguida, os conceitos de colonialismo e colonialidade serão abordados, ressaltando-se as semelhanças e as divergências presentes entre essas duas formas de poder e, da mesma forma, o reflexo das consequências da reprodução dessas práticas nas principais esferas da vida em sociedade: política, econômica e cultural. Por fim, a teoria descolonial, utilizada neste trabalho como marco teórico, será apresentada e, para isso, contextualizar-se-á o surgimento dessa teoria e o seu desenvolvimento no âmbito da América Latina.

2.1 O EUROCENTRISMO E O PADRÃO MUNDIAL DE PODER HODIERNO

No presente trabalho, a fim de possibilitar uma melhor construção acerca do conceito de eurocentrismo, faz-se necessário verificar o significado de modernidade e a conexão existente entre ambos.

De acordo com Enrique Dussel (1993, p. 8), a origem do fenômeno da modernidade remonta ao final do século XV, nas cidades medievais europeias, estabelecendo-se, definitivamente, quando o continente europeu se deparou com “o outro”, reprimiu-o, invadiu-o e violentou-o, de modo a declarar-se como “um ego descobridor e colonizador”. Ainda na visão de Dussel (2005, p. 28), este divide a modernidade sob dois prismas: o eurocêntrico e regional, e o mundial. Em relação à primeira perspectiva, esta estaria marcada pela “emancipação do saber” e do processo crítico do povo, mais precisamente, pode-se dizer que não é do povo, mas do homem europeu. Um processo interno de emancipação daquela sociedade, passando por eventos como o iluminismo e as revoluções europeias que lhe precederam, iniciando uma nova forma de desenvolvimento do ser humano; quanto à segunda – a mundial –, esta consistiria em projetar o ser (seus Estados, exércitos, economia, filosofia, etc.) “centro” da história do mundo como fator elementar da faceta do mundo moderno.

Dentre as práxis constitutivas da modernidade, a colonização do espaço e do tempo aparece como alicerce; uma ferramenta para o alcance de um propósito: o de propagar uma cultura, economia, costumes e conhecimentos superiores – ora europeus, ora euro-norte-americanos – às demais culturas periféricas. Para explicar o papel da colonização do espaço e do tempo inseridos na modernidade, Mignolo (2011, p. 149-150) introduz o tema utilizando-se, como uma metáfora, de uma pesquisa realizada por biólogos na década de 1950. Nela, buscou-se analisar, por meio das categorias de tempo e espaço, o comportamento de uma dúzia de ostras retiradas do porto de New Haven, no estado de Connecticut, Estados Unidos, e enviadas à Universidade Northwestern, em Illinois – os quais possuem fusos horários diferentes –, onde foi verificado que seus organismos adaptaram-se, gradativamente, ao novo ambiente, regendo-se por um novo ciclo de marés, embora não houvesse mar naquele local. O objetivo foi demonstrar como o tempo é empregado para calcular repetições e transformações na sociedade.

Vale reproduzir o raciocínio de Mignolo ao construir leituras descoloniais das práxis de colonização do espaço e do tempo:

[...] uma vez que chegamos a essa equação dupla (natureza x cultura; modernidade x tradição), podemos reconhecer a cumplicidade entre cultura, tempo e modernidade e o paradigma dependente em que a natureza, a tradição e a colonialidade foram colocadas. Embora essa equação tenha se tornado mais visível na Europa do século XVIII, ela já estava em funcionamento no século XVI, com a ideia emergente de progresso e a distinção entre o antigo e o moderno. [...] Se você adicionar a missão civilizadora na equação modernidade x tradição, entenderia que as sociedades ao redor do planeta começaram a ser medidas e classificadas de acordo com sua similaridade ou diferença com a ordem natural oferecida pelo “cosmo-polis”. Mas isso não era tudo. A história como “tempo” entrou em cena para colocar as sociedades em uma linha cronológica imaginária que vai da natureza à cultura, da barbárie à civilização, seguindo um destino progressivo em direção a algum ponto de chegada (MIGNOLO, 2011, p. 151, tradução livre)³.

³ No original: “But once we get to this double equation (nature vs. culture; modernity vs. tradition), we can recognize the complicity between culture, time, and modernity and the dependent paradigm in which nature, tradition, and coloniality have been placed.’ Although this equation became more visible in eighteenth-century Europe, it was already at work in the sixteenth century, with the emerging idea of progress and the distinction between the ancient and the modern. [...] If you enter the civilizing mission into the equation modernity vs. tradition, you would understand that societies around the planet began to be measured and classified according to their similarity or dissimilarity with the natural order offered by cosmo-polis. But that was not all. History as “time” entered into the picture to place societies in an imaginary chronological line going from nature to culture, from barbarism to civilization following a progressive destination toward some point of arrival.”.

A partir da concepção de tempo sendo utilizado como uma “linha cronológica imaginária”, a Europa se coloca, nessa linha, no presente, representando o atual, o moderno e civilizado, e, paralelamente, as sociedades periféricas – o “remanescente” – são realocadas ao passado, simbolizando o bárbaro e o atraso. Assim, Dussel (2005, p. 28) assinala que esta Europa Moderna, que despontou em 1492 como “centro” da História Mundial, produz, pioneiramente, a visão de constituir-se como periferia as demais culturas existentes, como se devessem coexistir ao redor de uma cultura principal, modelo – qual seja, a sua.

Nesse cenário, o “outro”, materializado na figura do nativo indígena, de todas as maneiras, não foi descoberto como “outro”, mas sim “encoberto” pelo colonizador europeu. A modernidade é, portanto, senão um processo na história marcado pelo encobrimento do não europeu (DUSSEL, 1993, p. 8). Somando a essa ideia, Hardt e Negri (2002, p. 13-14) enfatizam que, se por um lado o século XIX foi marcado pelo comando britânico e por suas práticas imperialistas, de outro se tem a transição desse domínio, no século XX, aos Estados Unidos. Ressaltam, ainda, que “se a modernidade foi europeia, a pós-modernidade é americana.”.

O eurocentrismo, por seu turno, é uma ideologia – um conjunto de convicções – que consiste, sinteticamente, no posicionamento da Europa e sua cultura como elementos centrais na construção da sociedade moderna, o qual Dussel (1993, p. 9) chamará de “falácia desenvolvimentista”.

Para Quijano (2005, p. 121-126), o eurocentrismo simboliza uma concepção de conhecimento, iniciada na Europa Ocidental por volta dos séculos XV e XVI, e expandida de forma a alcançar proporções mundiais, consolidando, assim, sua hegemonia. A Europa, além de encontrar-se localizada no eixo do capitalismo mundial – e possuir domínio sobre o mercado mundial – também exerceu um domínio colonial sobre as regiões e populações espalhadas pelo globo, acarretando em um “processo de re-identificação histórica”, uma vez ter a Europa exportado a essas regiões e populações “novas identidades geoculturais”.

Neste quesito, é importante salientar que a Europa não obteve esse lugar de destaque dentro da economia mundial capitalista ao acaso. Certos aspectos são considerados constitutivos desse sistema – sem os quais não se poderia ser concebido –, sendo elencados por Wallerstein (1974, p. 38) como uma urgência cada vez maior, durante o século XVI, da exploração de territórios até

então desconhecidos, expandindo, desse modo, os já existentes, assim como a necessidade de se encontrar meios de controle de trabalho capazes de abranger diferentes produtos e regiões pertencentes a esse sistema capitalista e, ainda, a concepção de uma divisão do mundo em países centrais, semiperiféricos e periféricos.

Ao alcançar o “eixo do mundo moderno”, a Europa e, conseqüentemente, os europeus, elaboraram uma característica própria que viria a ser repassada e adotada por futuros “dominadores coloniais e imperiais”: a figura do etnocentrismo. O etnocentrismo, para a antropologia, significa, a saber, uma visão de mundo própria de quem concebe o seu grupo étnico, nação ou nacionalidade socialmente mais importante do que os demais. O pretexto de desenvolvimento desta característica, segundo Quijano (2005, p. 121), reside na “classificação racial da população do mundo depois da América”. A reunião entre a classificação racial universal e o etnocentrismo demonstram, para ele, os motivos pelos quais os europeus internalizaram o sentimento de natural superioridade perante os demais povos e culturas existentes. Nesse contexto é que é inserido o “padrão de poder mundial”, uma vez que “os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como as suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa”.

Concomitante a esses fenômenos, a soberania aparece no campo político sob duas perspectivas: interna e externamente. Analisada sob a ótica interna de sua acepção, a soberania de um Estado-nação ganha uma conotação derivada do Direito Constitucional, a qual prevê que é soberano o Estado que rege suas normas domésticas (MAZZUOLI, 2010, p. 463), dentro do seu território, exercendo sua autodeterminação. Ao se defrontar para além do próprio espaço delimitado como território, ingressando na sociedade internacional, a soberania, vista sob a ótica do Direito Internacional Público, desempenha uma função protetora de não ingerência de um Estado soberano sobre o outro.

Nos dizeres de Rezek (2011, p. 259):

Identificamos o Estado quando seu governo [...] não se subordina a qualquer autoridade que lhe seja superior [...] e só se põe de acordo com seus homólogos na construção da ordem internacional, e na fidelidade aos parâmetros dessa ordem, a partir da premissa de que aí vai um esforço horizontal e igualitário de coordenação no interesse coletivo.

Contudo, há, para além da via do Direito Internacional Público, conceituações outras acerca da soberania, dentre elas, a de soberania moderna. Ao tecerem comentários acerca da modernidade, Hardt e Negri (2002, p. 88), abarcam o conceito de soberania moderna, cuja característica baseia-se no fato de o Estado buscar meios para controlar as “figuras de produção social na Europa e nos espaços coloniais”, de modo a manter a sua governança plena mesmo diante de novos elementos de transformação social. Para que a existência da soberania moderna se viabilize, ela necessita do consentimento do subalterno de modo a exercer o seu controle sobre ele. A condição de existência da soberania também pressupõe uma relação entre o dominador e o dominado. Assim, o que se percebe é que a soberania moderna, gerada na tentativa de conter uma crise de autoridade entre o Estado-nação contra uma crescente intensificação da liberdade e individualidade do dominado, é um produto da modernidade europeia, que contribuiu com a constituição do eurocentrismo.

Por fim, alguns aspectos foram averiguados por Dussel (1994, p. 72-74) como sendo constituintes do “mito” da modernidade, sendo a condição de uma sociedade moderna dita superior e desenvolvida uma constante nesse processo, surgindo para si um suposto dever de levar o desenvolvimento para as demais sociedades que, na sua visão, permanecem na “barbárie”. Em decorrência desse progresso imposto pela civilização moderna, surgem a oposição e a resistência do povo objeto dessa “falácia desenvolvimentista”, as quais, como resposta, podem levar o civilizador às últimas consequências, utilizando de violência para reprimi-las.

Recorrendo a estratégia de utilizar a violência como meio para atingir um propósito e repousar a culpa desse ato na própria vítima, nesse contexto, é tratada pelo autor como uma “guerra justa colonial”. Um parêntese importante a ser adicionado é o de que referido método é empregado ainda hoje, mas para justificar outras ações: destruição massiva de comunidades como sanções políticas e econômicas impostas por um Estado-nação sobre outro, devido, principalmente, por divergências políticas, étnicas e estratégicas, sob o falso argumento de prevenção à ataques a determinado Estado-nação, cujo destinatário é o “inimigo”, criado, na roupagem de terroristas que ameaçam a soberania do país.

Tradicionalmente, o conceito se baseia, primordialmente, na ideia de que, quando um Estado se vê diante de uma ameaça de agressão que pode pôr em risco sua integridade territorial ou sua independência política, tem um *jus ad bellum* (direito de ir à guerra). [...] O conceito tradicional da guerra justa envolve a banalização da guerra e a celebração da luta como instrumento ético, ideias que o pensamento político moderno e a comunidade internacional de Estados-nação repudiam com energia. Essas duas características tradicionais reapareceram em nosso mundo pós-moderno: de um lado, a guerra é reduzida ao *status* de ação policial, e de outro o novo poder que pode exercer legitimamente funções éticas por meio de conflito é sacralizado (HARDT; NEGRI, 2002, p. 30).

Prosseguindo com o fenômeno do eurocentrismo, Mignolo (2011, p. 110) categoriza três aspectos que, na sua visão, considera pertinentes para se chegar a uma compreensão da dimensão do que foi o império Europeu e o que é o eurocentrismo, sendo eles organizados pela ótica “espacial”, “cronológica”, e “subjativa”. Verificado pela ótica espacial, o foco do nascimento e reprodução do eurocentrismo é encontrado nos países cuja história é marcada por regimes de monarquias imperiais, tais quais a Espanha, Portugal, França e Inglaterra, em seus processos coloniais que lhes são próprios.

Desta forma, a perspectiva cronológica explicita uma forma mais profunda e perene de influência europeia, a qual será intitulada de “matriz colonial de poder”, por englobar as áreas do conhecimento – popularmente conhecidas como “ciências exatas e ciências humanas”, dentre outras –, assim como por ter estabelecido “idiomas imperiais”, pelos quais esses conhecimentos eurocentrados são reproduzidos e traduzidos, sendo eles o inglês, francês, italiano, português, espanhol e o alemão. Por último, o viés subjetivo do eurocentrismo recai sobre uma “matriz do conhecimento”, em que se verifica, a partir da análise histórica, um padrão estabelecido no *locus* de produção científica e filosófica, cujo locutor, invariavelmente, apresenta-se como o homem, cristão e de origem ocidental (MIGNOLO, 2011, p. 111).

Nessa linha, algumas particularidades podem ser destacadas entre o eurocentrismo e o fenômeno subsequente a ele, o ocidentalismo, como:

[...] conjunto de práticas representacionais que participam da produção de concepções do mundo que 1) dividem os componentes do mundo em unidades isoladas; 2) desagregam suas histórias de relações; 3) convertem a diferença em hierarquia; 4) naturalizam essas representações e 5) intervêm, ainda que de forma inconsciente, na

reprodução das atuais relações assimétricas de poder (CORONIL, 2005, p. 106).

Estas modalidades de representação, segundo Coronil, dissimulam a agressividade que rege os atos do colonialismo e do imperialismo, envoltas em uma premissa salvadora de “missões civilizatórias e planos de modernização” (CORONIL, 2005, p. 106). O padrão de poder aqui apresentado como eurocentrismo é entendido, também, como um conjunto de concepções cognitivas que não derivam somente do europeu, como também daqueles por ele tocado e influenciado na sua forma de pensar, agir e produzir conhecimento. Estes, mesmo sem notar, colaboram para que essa estrutura de poder se estenda, uma vez que internalizam as práticas eurocentradas que reproduzem e as concebem como naturais, sem questioná-las (QUIJANO, 1992, p. 13).

Assim, a modernidade, a racionalidade, o conhecimento e o desenvolvimento, foram projetados como experiências e produtos originários da Europa. É, portanto, a partir dessa perspectiva que os termos “primitivo-civilizado” e “irracional-racional” são criados, fazendo referência às relações entre não-europeu/europeu, respectivamente, carregados, denota-se, de uma superioridade própria do eurocentrismo, que marcará toda a sua trajetória de ascensão ao *status* de concepção hegemônica de conhecimento.

2.2 DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE

O processo do colonialismo, segundo Quijano (2005, p. 131), teve início através da colonização no âmbito interno dos próprios povos que, não obstante possuírem identidades diferentes – ou precisamente por causa disso –, mas ocupando os mesmos espaços geográficos, foram subjugados pelos colonizadores.

Preliminarmente, para dar continuidade a esse tópico, algumas distinções se fazem necessárias. O colonialismo e a colonialidade, apesar de identificarem-se como padrões de poder, não podem ser utilizados como sinônimos. O colonialismo está associado a uma relação política e econômica, exercendo uma subjugação real e fática de um povo sob o outro, servindo como uma ponte para que impérios fossem originados. Ao tratar da colonialidade, esta é

mais facilmente compreendida se entendida como um produto do colonialismo moderno, cuja influência transpõe limites físicos e territoriais e alcança uma forma mais duradoura de domínio, pois está diretamente ligada à forma como o conhecimento é conduzido, assim como no âmbito do trabalho e das relações intersubjetivas (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 129).

O colonialismo prosseguiu na colonização externa de povos que, não só possuíam identidades diferentes, como também habitavam em territórios situados para além do âmbito de dominação interna dos colonizadores.

Ressalta-se que o colonialismo abordado neste trabalho é o colonialismo despontado com o advento das ocupações ilegais na América Latina e que, por meio das práticas reproduzidas a partir dessas invasões, gerou um “sistema de classificação social”, trazendo à tona a concepção de raça como fator determinante para que um povo se visse na figura do dominador ou do dominado. Importa salientar, ainda, que, de acordo com Walsh (2018, p. 16), o colonialismo não foi exercido somente sobre países latino-americanos, tendo alcançado, também, países da América do Norte, cuja prática obteve dimensões distintas, de acordo com o contexto histórico que cada país se encontrava, e que

embora o colonialismo dos colonos seja distinto da colonialidade do poder estabelecida nas Américas do Sul no século XVI, seus padrões de extermínio, pilhagem, escravização, racialização, desumanização e poder estão, sem dúvida, relacionados (WALSH, 2018, p. 16).

A expansão colonial iniciada no século XVI, com as grandes navegações e o “descobrimento” das Américas, é vista como condição indispensável para a existência e a manutenção do capitalismo industrial, o qual possui grande participação no padrão de poder moderno. De outro modo, a extinção do colonialismo nas Américas, com a consequente construção de nações independentes no século XIX, por meio da descolonização em meados do século XX, não foi condição necessária e suficiente para a emancipação político-econômica e cultural dos países periféricos e subalternizados (CORONIL, 2000, p. 133).

Ainda no século XVI, foi-se delineando o formato do pensamento colonial à medida que um povo era categorizado como detentor de “inteligência” ou um povo “civilizado”, pelos missionários colonizadores, quando verificado se

possuíam a habilidade da escrita. Com o transcurso do tempo, dirigindo-se para o final do século XVIII e início do XIX, referido medidor foi transferido para o campo da história, o que equivale dizer que os povos possuidores de trajetórias marcadas na história pela escrita, possuíam, também, o título de “povos civilizados”, os quais julgaram ter propriedade para escreverem a história por (e para) aqueles que não a detinham (MIGNOLO, 2012, p. 3).

Quando considerado pelo campo político, Quijano (1992, p. 11) sustenta que o colonialismo foi estancado, na maior parte dos países que foram submetidos a esse processo, sendo que os países da América foram os primeiros a se libertarem dos modelos de colônias e, posteriormente, os países da Ásia e da África, com o advento do fim da Segunda Guerra Mundial.

A colonialidade, por sua vez, é um conceito que, segundo Mignolo (2011, p. 2), foi primeiro cunhado por Aníbal Quijano, vindo a, posteriormente, ser estudado por ele como “o lado mais escuro da modernidade”. Para o autor, a colonialidade é um reflexo da civilização ocidental que remonta ao século XIV e se estende até os dias atuais. Portanto, a colonialidade, para Quijano (1997, p. 229), sobressai-se às peculiaridades do colonialismo e perdura no tempo, não obstante a independência ou descolonização dos territórios/povos. Isto é, verifica-se que o processo da modernidade, explanado anteriormente, está intimamente ligado à prática colonial.

Analisando mais detidamente os aspectos da colonialidade, Quijano e Wallerstein (1992, p. 550) demonstram um padrão de hierarquia exercido através dos países centrais, influenciando as mais diversas áreas regulamentadoras de uma sociedade, principalmente, a política, econômica e cultural. A partir desse padrão, foi possível estabelecer uma “escala social”, onde quem domina se encontra mais próximo ao topo, e o dominado, à margem.

Para Lander (2007, p. 223-224), é possível identificar um fundo colonial nas correntes hegemônicas do conhecimento, a saber, a do “pensamento liberal da independência, o positivismo e o pensamento conservador do século XIX, o desenvolvimentismo do século XX e as disciplinas acadêmicas institucionalizadas nas universidades do continente”. Isso porque, da análise das sociedades a partir da visão de mundo europeia, é possível delinear seu propósito de convertê-las “à sua imagem e semelhança”, servindo as sociedades do Norte do globo como espécies de padrão a ser seguido pelas sociedades periféricas. Do mesmo modo,

o autor pontua que as “formas hegemônicas” pelas quais se produziu conhecimento acerca dessas sociedades periféricas – por meio da visão do colonizador, e não do colonizado –, acabaram por tanto legitimar quanto naturalizar a hierarquização exercida sobre referidas sociedades.

A partir disso, analisa-se a constituição desse novo padrão colonial de poder, o qual produz uma nova perspectiva eurocêntrica do conhecimento, utilizando os “aspectos básicos” destacados por Quijano como ensejadores para a instituição desse padrão de pensamento.

Em um primeiro momento, Lander (2007, 227-228) destaca a perspectiva de conhecimento sustentada sobre o “dualismo radical cartesiano”, – ou a “dicotomia corpo-consciência”, em que o ser humano é considerado como um ser duplo, formado por um elemento pensante e uma extensão –, que se transforma na separação entre “razão/sujeito” e “corpo”, sendo este selecionado como “objeto” de conhecimento por aquele. Em seguida, reflete o autor que a “nova perspectiva eurocêntrica do conhecimento” será tensionada por influência do dualismo radical, determinando oposições tais quais o “europeu/não europeu”, “tradicional/moderno” e o “primitivo/civilizado, e da visão evolucionista, que culminarão na sociedade moderna europeia tal qual é concebida atualmente. Observa-se, por fim, que as estruturas coloniais do poder servirão de instrumento indispensável para viabilizar a internalização e consequente naturalização das diferenças culturais e raciais. A naturalização surgirá, para o colonizado/subalternizado, através do sistema de codificação/catalogação das raças e culturas, elaborado e imposto pelo europeu colonizador, medida essa eficaz para a instituição de hierarquia entre as sociedades.

A utilização da raça como manutenção de poder também foi objeto de análise por Quijano (2005, p. 117):

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de

gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais.

Ressalta-se que a ideia de raça deriva, exclusivamente, de uma abstração, utilizada com o fito de estabelecer um pressuposto hierárquico entre os povos. Comprovadamente descartada no campo científico, não guarda nenhuma relação com a estrutura biológica humana, não é um fator determinante de inferioridade ou superioridade. Diante, portanto, do conceito de dualismo radical cartesiano, da visão evolucionista, e da elaboração das diferenças entre os povos através de um sistema de codificação como processo de internalização de hierarquia, Lander (2007, p. 229), conclui que:

[...] os europeus imaginaram [...] ser não somente criadores exclusivos da [a] modernidade, mas igualmente seus protagonistas. Desta maneira se constrói uma História Universal na qual todos os aportes significativos das artes, das ciências, da tecnologia, da moral e dos regimes políticos são produtos internos da sociedade européia, resultados superiores a serem levados ao resto, inferior, dos povos do mundo.

A colonialidade, sob a perspectiva de Walsh (2018, p. 23), avançou gradativamente, até se estabelecer como uma matriz de poder que coordena vários aspectos que são cruciais e indissociáveis à vida humana, como a “subjetividade e o ser, gênero e sexualidade, a espiritualidade, a produção de conhecimento, a economia, a natureza, a existência e a vida em si”.

Neste sentido, a colonialidade pode ser entendida como um padrão de poder perene, pois a forma como as demais culturas – leia-se, as culturas não ocidentais – se relacionam com a cultura ocidental é, ainda, uma relação de fundo colonial. Considera-se perene por atuar na base do “imaginário do colonizado”, alterando a própria percepção que este possui de si e as formas desse sujeito de se relacionar, o que torna essa colonização essencialmente mais substancial do que a colonização realizada através da tomada de territórios estrangeiros (QUIJANO, 1992, p. 12).

A teoria descolonial – fundamental para este trabalho, e a qual será abordada de modo mais aprofundado no subtítulo a seguir –, é composta por diversos conceitos, dentre os quais consta a colonialidade, desdobrada na colonialidade do poder, do ser e do saber.

[...] se a colonialidade do poder se refere à inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do conhecimento tem a ver com o papel da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução de regimes do pensamento colonial, a colonialidade do ser refere-se, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130).

Assim, a distinção entre os conceitos de colonialismo e colonialidade faz com que seja possível explicar – e visualizar – a continuidade das formas coloniais de dominação, ainda ante a cessação das administrações coloniais. Revela-se, do mesmo modo, a reprodução dessas estruturas de poder e subordinação através dos mecanismos do sistema-mundo capitalista colonial-moderno (QUIJANO, 1997, p. 229).

De acordo com Wolkmer (2002, p. 35), a colonialidade reflete ainda, e principalmente, sob as nações integrantes do bloco do “Terceiro Mundo” – criado a partir de uma resposta à divisão bipolar vigente no século XX, que dividia o mundo entre “capitalista” e “comunista”, como forma de contraposição a essa estrutura dominante (BETTS, 2004, p. 43-44) –, das quais são partes os países asiáticos, sul-americanos e africanos. Como consequência, esses países, embora já tendo alcançado suas independências, continuam a reproduzir costumes coloniais e atuar em conformidade com o sistema econômico capitalista mundial, cujas práticas foram reforçadas a partir da 2ª Grande Guerra, uma vez que viu ascender ao posto de hegemonia ocidental, os EUA, representante capitalista no embate bipolarizado anteriormente mencionado.

A relevância dos temas acima abordados consiste na percepção de que não obstante a estrutura de poder e a visão eurocêntrica de conhecimento possuam um cunho colonial, estas ultrapassaram o colonialismo, superaram-no, conquistando o *status* atual de padrão de poder mundial.

2.3 TEORIA DESCOLONIAL NA AMÉRICA LATINA

Inicialmente, cumpre informar que se optou pelos vocábulos “descolonial” e “descolonialidade” na abordagem da teoria descolonial e no decorrer do presente trabalho por estes termos alinharem-se com o posicionamento teórico e político adotado pelo sociólogo Aníbal Quijano. O autor é

integrante do grupo latino-americano de estudos pós-coloniais, denominado “Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)”, e a teoria será estudada a partir dos intelectuais latino-americanos que compõem o coletivo.

A utilização do prefixo “des”, presente no vocábulo “descolonial”, contudo, não é unânime entre os autores desse campo teórico. Autores como Quijano e Catherine Walsh, ambos integrantes do M/C, são exemplos dessa dissidência, uma vez que, enquanto aquele adota o termo “descolonial”, esta utiliza o termo “decolonial”. Natália Castilho, em sua dissertação sobre o pensamento descolonial, demonstra, de forma sintética, o significado por trás da opção de uso de cada terminologia:

Para os autores que sustentam a necessidade de utilização da expressão “decolonial”, como Catherine Walsh, o prefixo “des” indicaria que os objetivos dessa corrente estariam sintetizados somente por meio da superação do colonialismo. Entretanto, no sentido político e estratégico, reconhece-se que a utilização do termo “descolonial” é mais utilizada nos artigos científicos traduzidos para o português de autores que utilizam a expressão “descolonização” não como simples superação do colonialismo, mas como síntese de uma ferramenta política, epistemológica e social de construção de instituições e relações sociais realmente pautadas pela superação das opressões e das estruturas que conformam uma geopolítica mundial extremamente desigual (CASTILHO, 2013, p. 12).

Portanto, inicialmente, contextualizar-se-á a formação do grupo M/C, tendo em vista que as obras utilizadas como base de estudo são, em sua maioria, de autoria de seus integrantes e, em um segundo momento, a teoria será, então, apresentada.

A partir da década de 1970, uma nova expressão, representativa dos povos colonizados do subcontinente sul-asiático, passou a ser empregada na Índia: eram os chamados “subalternos”. Esse fenômeno propiciou uma mudança do prisma sob o qual a história dos povos locais dominados era contada – sempre por e a partir dos colonizadores – porquanto impulsionou o desenvolvimento do Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiáticos e, conseqüentemente, fomentou a elaboração de uma história alternativa à trajetória colonial já existente e difundida por historiadores coloniais sobre a Índia – uma história contada através da perspectiva dos povos periféricos.

Entretanto, foi somente no início da década de 1980, que os estudos subalternos promovidos pelos intelectuais indianos Ranajit Guha e Gayatri Spivak

– participantes do Grupo de Estudos Subalternos Sul-Asiáticos – passaram a intervir na historiografia sul-asiática como era conhecida até então. Por meio de suas pesquisas, projetaram “luz” sobre a posição dos grupos marginalizados que, em decorrência de seu *status* social, não possuíam voz ou representatividade. (FIGUEIREDO, 2010, p. 84-85).

Ressalta o autor que, nos estudos de Spivak, a subalternidade é elevada à condição de silenciamento do subalterno:

A condição de subalternidade é a condição do silêncio, para Spivak, ou seja, o subalterno carece necessariamente de um representante por sua própria condição de silenciado. Por um lado, observa-se a divisão internacional entre a sociedade capitalista regida pela lei imperialista e, por outro, a impossibilidade de representação daqueles que estão à margem ou centros silenciados. Sobressai aí o questionamento instigante de Spivak: os subalternos podem falar? Para tanto, propõe-se a produção de uma história que represente a narrativa da verdade dos subalternos (FIGUEIREDO, 2010, p. 85).

Assim, o impacto dos estudos subalternos e pós-coloniais – e interesse por eles – tomou proporções para além do território asiático, passando a ser difundido no campo da crítica literária e dos estudos culturais na Inglaterra e nos Estados Unidos. Este último, ressalta-se, será o *locus* de constituição do Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos – posteriormente transformado no Grupo Modernidade/Colonialidade. No início de 1990, portanto, será fundado, por um “grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas que lá [EUA] viviam”, o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, influenciados pelas críticas pós-coloniais formuladas pelo Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos (BALLESTRIN, 2013, p. 92-94).

Na introdução do “Manifesto Inaugural” – documento constitutivo do coletivo –, Santiago Castro-Gómez e Eduardo Mendieta deixam clara a influência exercida pelo Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos, ao estabelecer que:

O Manifesto Inaugural redigido pelo Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos incorpora vários dos temas abordados pelo historiador indiano Ranajit Guha, a partir dos quais se pretende avançar para uma reconstrução da história latino-americana das últimas duas décadas (CASTRO-GÓMEZ; MENDIETA, 1998, p. 16).

Contudo, o descontentamento com essa assimilação dos temas abordados pelo grupo Sul-Asiático não demorou a aparecer por alguns dos

membros do grupo latino-americano. Para Walter Mignolo, o incômodo resultou do “imperialismo” dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos, ante a não ruptura adequada com os autores eurocêntricos.

Na crítica do autor, o grupo dos latinos subalternos não deveria se espelhar na resposta indiana ao colonialismo, tendo em vista que a trajetória da América Latina de dominação e resistência estava ela própria oculta no debate. Defende, ainda, que a história do continente para o desenvolvimento do capitalismo mundial fora diferenciada, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno (BALLESTRIN, 2013, p. 95-96).

Através da visão de Grosfoguel (2008, p. 116, sem grifo no original), extrai-se os dois principais motivos ensejadores da desagregação do grupo no fim do século XX:

Os membros do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos eram, na maioria, acadêmicos latino-americanistas a viver nos EUA. **Apesar de terem tentado produzir um conhecimento alternativo e radical, eles reproduziram o esquema epistêmico dos Estudos Regionais nos Estados Unidos. Salvo raras exceções, optaram por fazer estudos sobre a perspectiva subalterna, em vez de os produzir com essa perspectiva e a partir dela. [...] Ao preferirem pensadores ocidentais como principal instrumento teórico, traíram o seu objectivo de produzir estudos subalternos. [...] Entre as muitas razões que conduziram à desagregação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, uma delas foi a que veio opor os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (o que representa uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) àqueles que a viam como uma crítica descolonial (o que representa uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados)** (Mignolo, 2000: 183-186, 213-214). Para todos nós que tomámos o partido da crítica descolonial, o diálogo com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente – ou seja, de descolonizar – a epistemologia e o cânone ocidentais.

Assim, com o encerramento do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, no mesmo ano de 1998, alguns autores remanescentes, como Ramón Grosfoguel e Walter Mignolo, continuaram na elaboração de suas críticas ao eurocentrismo, mas, dessa vez, iniciando um diálogo com novos intelectuais latino-americanos. Desse diálogo resultou a formação do Grupo Modernidade/Colonialidade, tendo entre seus intelectuais, nomes como Aníbal Quijano, Arturo Escobar, Boaventura Santos, Catherine Walsh, Edgardo Lander, Enrique Dussel, Fernando Coronil, Immanuel Wallerstein, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez e Walter Mignolo.

Salienta-se que, antes mesmo da constituição do grupo, intelectuais como Dussel, Quijano e Wallerstein já haviam desenvolvido suas próprias linhas de estudo, tais quais a Filosofia da Libertação, a Teoria da Dependência e a Teoria do Sistema-Mundo, respectivamente. É neste cenário, pois, que Aníbal Quijano apresenta seu conceito de colonialidade de poder – conceito este amplamente utilizado pelo grupo M/C –, e compreendido como a maneira como a dominação das potências centrais em relação às periféricas está estruturada, através de uma diferença étnica/racial/de gênero/de classe, que hierarquiza o dominador em relação ao dominado (BALLESTRIN, 2013, p. 98-100).

Nesse sentido, o coletivo M/C passou a dedicar-se ao desdobramento de críticas descoloniais, através das quais buscam a libertação de todos os tipos de dominação e opressão, por meio de um diálogo interdisciplinar entre a economia, a política e a cultura. Para Rosevics (2017, p. 190-192), o tipo de experiência colonialista que cada região conheceu e as suas consequências para as reflexões teóricas posteriores, figuram como principais fatores que diferenciam os autores pós-coloniais asiáticos e os descoloniais latino-americanos.

Já o colonialismo experienciado na Ásia teve como atores colonizantes os anglo-saxões, diferindo-se no tempo e no espaço, da atuação dos portugueses e espanhóis na América Latina, por exemplo. No âmbito da experiência indiana, a autora salienta a ocorrência da preservação de certos princípios filosóficos e epistemológicos das sociedades anteriores à colonização, viabilizando um possível resgate das raízes pré-coloniais. Em contrapartida, a colonização na América pelos espanhóis e portugueses resultou no aniquilamento quase que completo da memória do período anterior à ocupação, por meio da desintegração dos padrões de poder e das civilizações existentes na região, bem como, do extermínio de comunidades inteiras.

Conforme destacado no tópico anterior, tanto o colonialismo quanto a colonialidade tiveram seus efeitos sentidos pelos povos afetados em graus diferentes, dependendo do momento vivido e da localização desses povos. O processo de colonialidade cultural deflagrado pela América Latina, a partir de sua colonização, foi marcado pela violência, à medida que os povos indígenas demonstraram resistência em ceder seu território e se despir de sua cultura para agregar uma nova – a dos colonizadores europeus. O resultado dessa violência confrontada com a resistência foi a destruição, em massa, desses povos

originários e, conseqüentemente, o apagamento da cultura latino-americana e a reprodução cultural europeia (QUIJANO, 1992, p. 13).

Grosfoguel (2008, p. 120, sem grifo no original) assim define o extermínio por parte dos colonizadores europeus:

Esta estratégia epistêmica tem sido crucial para os desenhos – ou desígnios – globais do Ocidente. **Ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e a expansão coloniais europeias/euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores.** Passamos da caracterização de “povos sem escrita” do século XVI, para a dos “povos sem história” dos séculos XVIII e XIX, “povos sem desenvolvimento” do século XX e, mais recentemente, “povos sem democracia” do século XXI. [...]. Todos estes fazem parte de desenhos globais, articulados simultaneamente com a produção e a reprodução de uma divisão internacional do trabalho feita segundo um centro e uma periferia, que por sua vez coincide com a hierarquia étnico-racial global estabelecida entre europeus e não-europeus.

Para o autor, a partir desse “apagamento” histórico do colonizado e seu conseqüente silenciamento, torna-se importante distinguir “lugar epistêmico” e “lugar social”. Essa distinção encontraria sua razão de ser no fato de que estar um indivíduo no mesmo lado que o oprimido, no âmbito das relações de poder, não importa dizer que este, espontaneamente, “pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno”. Pelo contrário, o autor sustenta que “o êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes”. O autor afirma, ainda, a necessidade das perspectivas epistêmicas subalternas, uma vez que produzem um senso crítico do conhecimento hegemônico, de modo a saber distingui-lo e analisá-lo dentro das relações de poder (GROSFOGUEL, 2008, p. 121).

A teoria descolonial, nesse ponto, será imprescindível para o desdobramento dessas perspectivas epistêmicas subalternas, agindo como um “movimento de descobrimento e de revalorização das teorias e epistemologias do sul”, sem a imposição de um novo paradigma de produção de conhecimento, mas sim abrindo caminho para o surgimento de “paradigmas outros” (BALLESTRIN, 2013, p. 104).

Dentre os aspectos estudados através da perspectiva descolonial pelo grupo M/C, um denominador comum entre os integrantes é o entendimento da

cultura – e, associada a ela, a linguagem – como peça determinante no âmbito da economia. Uma das consequências econômicas derivadas da cultura é o “discurso racial”, que gera uma divisão internacional do trabalho e define quem ganha mais em detrimento de quem ganha menos, norteando-se pelos aspectos coloniais de raça/gênero/sexualidade/etnia/classe. Considerando que essa estrutura cultural sobreviveu ao fim do colonialismo, os autores Castro-Gómez e Grosfoguel (2007, p. 17) concluem que o processo de descolonização ainda não foi finalizado no todo. Para eles, houve a descolonização das colônias espanholas, inglesas e francesas, que se encerrou com a conquista de suas independências e há, em curso, a descolonização da estrutura hierárquica e com viés europeu/norte-americano sob as quais as relações raciais, étnicas e epistêmicas estão constituídas, a qual foi intitulada como descolonialidade e cujo processo objetiva alcançar os pontos que a descolonização não foi capaz de abarcar.

Discutindo a ideia de descolonialidade, Mignolo (2007, p. 29) cita conceitos elaborados por Quijano (1992, p. 447) e utilizados por ele no processo de sua própria contribuição para o desenvolvimento da teoria:

O giro decolonial é a abertura e liberdade de pensamento e formas de vida-outras (economias-outras, teorias políticas-outras); a limpeza da colonialidade do ser e do conhecimento; o desapego da retórica da modernidade e seu imaginário imperial articulado na retórica da democracia. O pensamento descolonial tem como razão de ser e objetivo a descolonialidade do poder (isto é, da matriz colonial do poder). Este projeto também foi desenvolvido por Quijano no artigo citado: Em primeiro lugar [é necessário] a descolonização epistemológica, para então dar lugar a uma nova comunicação intercultural, uma troca de experiências e significados, como base de outra racionalidade que pode legitimamente pretender alguma universalidade. Bem, nada menos racional, finalmente, do que a afirmação de que a visão de mundo específica de uma etnia específica seja imposta como racionalidade universal, embora essa etnia seja chamada Europa Ocidental. Porque isso, na verdade, é reivindicar para um provincialismo o título de universalidade⁴.

⁴ No original: “[...] El giro decolonial es la apertura y la libertad del pensamiento y de formas de vida-otras (economías-otras, teorías políticas-otras); la limpieza de la colonialidad del ser y del saber; el desprendimiento de la retórica de la modernidad y de su imaginario imperial articulado en la retórica de la democracia. El pensamiento decolonial tiene como razón de ser y objetivo la decolonialidad del poder (es decir, de la matriz colonial de poder). Este programa fue también diseñado por Quijano en el artículo citado: En primer término [es necesaria] la decolonización epistemológica, para dar paso luego a una nueva comunicación inter-cultural, a un intercambio de experiencias y de significaciones, como la base de otra racionalidad que pueda pretender, con legitimidad, a alguna universalidad. Pues nada menos racional, finalmente, que la pretensión de que la específica cosmovisión de una etnia particular sea impuesta como la racionalidad universal, aunque tal etnia se llama Europa occidental. Porque eso, en verdad, es pretender para un provincianismo el título de universalidad.”.

Mignolo, quando questionado por Vélazquez Castro acerca do pensamento descolonial defendido por ele – mais precisamente se esta teoria não estaria “convertendo determinados subalternos e a sua perspectiva nos novos agentes privilegiados do futuro e na única maneira de ler a realidade?” –, tem o seguinte posicionamento:

Vélazquez Castro pensa, assumindo a objetividade sem parênteses e a partir da perspectiva que coloca, e eu também penso com a mesma lógica que ele. Porém a opção descolonial, a opção de coexistência, é um pensamento que assume a objetividade entre parênteses: creio no que creio e defendo o que creio, e entendo que frente à minha postura há outra posição equivalente de alguém que defende suas crenças, mas sabe que a sua não é a “única maneira de ler a realidade”. Esse é o espaço do diálogo pluri-versal. Frente a ele se encontram os espaços universais, os pensamentos que assumem a objetividade sem parênteses – que há uma única maneira de ler a realidade e que temem quando alguém não a aceita, não está de acordo ou a desafia. Aqui está a fratura epistemológica onde se gestarão os projetos epistêmicos, políticos e éticos do século XXI. A pergunta parecia apontar para o temor do pensamento hegemônico, moderno e pós-moderno, que poderia perder seu privilégio a partir do momento em que os subalternos começam a pensar por si mesmos, sem esperar a orientação do maestro (MIGNOLO, 2008, p. 246).

Desse modo, o processo de “descolonização” não deve ser confundido com a rejeição da produção de conhecimento realizada ao Norte do globo, passando a associá-lo com aquilo que seria genuinamente criado ao Sul, em relação às práticas, experiências, pensamentos, conceitos e teorias. Contrariamente, pode ser interpretado como contraponto e resposta à tendência histórica da divisão de trabalho no âmbito das ciências sociais, “na qual o Sul Global fornece experiências, enquanto o Norte Global as teoriza e as aplica” (BALLESTRIN, 2013, p. 108-109).

A importância da teoria descolonial residirá, por fim, na necessidade de ampliação das perspectivas epistêmicas, de modo a pensar que um mundo multipolar pós-ocidental aberto ao surgimento de epistemologias-outras, da valorização das narrativas de povos historicamente subordinados, com novos “lugares de enunciação” do conhecimento, encaminhando-se à superação das estruturas de poder hierarquizadas.

3 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: SURGIMENTO NO CENÁRIO DO PÓS-II GUERRA MUNDIAL

O presente capítulo buscará, em um primeiro momento, apresentar o início da construção de um modelo de organização internacional com bases permanentes, traçando os acontecimentos que sucederam à Liga das Nações ou Sociedade das Nações, e que precederam o surgimento da Organização das Nações Unidas.

Por conseguinte, analisar-se-á mais detidamente o documento de constituição da ONU, qual seja, a Carta das Nações Unidas, assinada em 1945, bem como os Estados-membros que a ratificaram e os efeitos de suas diretrizes na sociedade internacional. Em seguida, o Conselho de Segurança da ONU será objeto do estudo, considerando-se a sua função e atuação dentro da organização internacional, assim como suas prerrogativas e deveres à luz da Carta das Nações Unidas e, em especial, a forma de utilização do poder decisório pelos membros do Conselho na tomada de decisões deste.

3.1 LIGA DAS NAÇÕES COMO MODELO EMBRIONÁRIO DA ONU

Os conflitos geopolíticos envolvendo Estados-nações e civis apresentaram-se como fatores constantes ao longo de todo o período do século XX, cujos objetivos permearam as disputas por territórios e rivalidades étnicas, políticas e religiosas. Dentre os grandes conflitos que marcaram o século XX, destacar-se-á a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, uma vez que seus reflexos geraram grande impacto na comunidade internacional no sentido de buscar-se meios para impedir que a violência perpetrada durante os conflitos voltasse a ocorrer.

Com o propósito de união de esforços entre os Estados soberanos para a construção de um modelo de segurança coletiva internacional, o Pacto da Liga das Nações, em 1919, foi liderado pelo então presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, e elaborado, conjuntamente, pelos países que lograram êxito em vencer a Primeira Guerra Mundial, sendo ratificado por 44 dos Estados-membros e integrado ao Tratado de Versalhes (GARCIA, 2013, p. 18-19).

Contendo, ao todo, 26 artigos, as normas-base pelas quais os Estados signatários do Pacto deveriam nortear suas ações constam dos artigos 10 e 16, cujas redações, sinteticamente, sinalizavam para o dever dos Estados de respeitar e proteger a soberania de cada membro integrante da Liga e alertavam para o uso de força bélica contra o Estado que entrasse em situação de guerra, respectivamente (PATRIOTA, 2010, p. 11).

A elaboração de um acordo internacional, tendo a instituição de um órgão internacional como tópico urgente nas negociações de paz, decorreu precisamente da necessidade de se criar métodos concretos de forma a servirem como entraves para o ressurgimento de novas guerras de proporções tais como as que delinearam a Primeira Guerra Mundial, as quais não se restringiram ao período de guerra entre 1914-1918. Além disso, outros foram os fatores considerados quando do processo de elaboração do acordo.

A crise deflagrada pela Europa em decorrência da utilização de todos os recursos disponíveis – e indisponíveis –, pelos países envolvidos, para manterem-se em combate, levando à iminente devastação econômica e territorial desses países – e a necessidade de recuperação a partir disso –, é um exemplo deles. Ainda, havia um interesse implícito, entre os vencedores⁵, em conter o desenvolvimento da Alemanha, uma vez ter sido a responsável, sozinha, pela quase derrota da Tríplice Entente, não fosse a ajuda final dos EUA, tendo, por isso, sido objeto de inúmeras e severas sanções (HOBSBAWN, 2005, p. 25; 31; 332).

Não há dúvidas, diante dos pactos e penalidades adotados, que os países vencedores se aproveitaram do momento de glória para demonstrar a extensão de seus poderes e influência, mais especificamente, os países ocidentais, com a transição da hegemonia eurocêntrica para uma ocidentalcêntrica. A evidência a essa afirmação deriva do próprio Pacto elaborado nesse contexto do pós-I Guerra, ao terem sido utilizados termos, em seu artigo 22, que traziam consigo elementos carregados de ideais colonizadores, como a ideia de manter os territórios, antes invadidos e governados pelos Estados vencidos, sob a tutela dos vencedores, ao abrigo de uma premissa de missão civilizatória – já mencionada no primeiro capítulo deste trabalho –. Ao ser empregado um

⁵ Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, França e Itália.

sentido de “missão sagrada civilizatória” à atuação da Liga, para Silva e Boff (2017), as práticas coloniais são elevadas a níveis de sistema internacional e institucional, onde a organização torna-se uma plataforma por onde essa práxis imperial é, novamente, reforçada e legitimada (SILVA; BOFF, 2017, p. 74-75).

Assim, para além dos objetivos geopolíticos e não escritos, explicitamente, no Pacto da Liga, Garcia (2013, p. 19) complementa:

Esse objetivo implicava que toda a comunidade internacional (ou, melhor dizendo, os membros da Liga) devia mobilizar-se para acudir em defesa do país agredido e sustentar a obediência ao Pacto da Liga. Essa mesma organização deveria resolver controvérsias de maneira pacífica, promover relações amistosas entre as nações e fortalecer a cooperação nos campos econômico, social, cultural e humanitário. Com isso em mente, a estrutura da Liga foi organizada em torno de três órgãos principais: um Conselho Executivo, de composição restrita, com membros permanentes e não permanentes; uma Assembleia aberta a todos os Estados-membros para o exercício do debate público e da diplomacia parlamentar sobre todas as questões que afetassem a paz; e um Secretariado com funções basicamente administrativas, chefiado por um Secretário-Geral. Além disso, foi criado um sistema de mandatos para territórios não autônomos e tomada a decisão de estabelecer a Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) para solucionar por meios pacíficos controvérsias entre os Estados.

Conforme mencionado anteriormente, o Breve Século XX teve seu início marcado pelo advento da Primeira Guerra Mundial e, em decorrência dela, algumas concepções clássicas do cenário das relações internacionais, como o de guerra, inevitavelmente, alteraram-se. Até então, mesmo sendo objeto de numerosas discussões e divergências, o conceito de guerra considerado tradicional baseava-se em uma situação de suspensão dos deveres assumidos pelos Estados soberanos quando ausente o estado de guerra, que se restauravam após o cessar-fogo. Buscou-se, pois, revisar referida concepção no período imediatamente posterior à derrota da Tríplice Aliança na I Guerra, classificando-se a guerra como ato ilegal e condenando-se os países perdedores como um precedente histórico exemplar (ARON, 2002, p. 175-176).

Apesar de inovadora e da necessidade de uma segurança coletiva internacional, a Liga das Nações, desde sua instituição, demonstrou a prenúncia de sua fragilidade jurídica ao não ter no seu quadro de países ratificantes os EUA – muito embora, tenha a organização sido idealizada pelo presidente estadunidense, à época, Woodrow Wilson –. Dos motivos suscitados, pelo Senado norte-americano, para a recusa em submeter-se à jurisdição da Liga,

constam “a obrigação de garantir a integridade territorial e independência de todos os membros da Liga” (PATRIOTA, 2010, p. 16), assim como o fato de que ela “não assegurava aos EUA o mesmo número de votos que ao Império Britânico – que contava com o seu próprio e mais os dos domínios e colônias (Canadá, Austrália, África do Sul, Nova Zelândia e Índia)” (idem), em razão de configurarem elementos contrastantes com a Doutrina Monroe.

A não participação dos EUA na Liga das Nações levou a resultados esperados: ineficiência no alcance dos objetivos previstos para manutenção da paz entre os Estados-membros e carência de instrumentos cogentes capazes de efetivar as normas estabelecidas pelo Pacto. Para Hobsbawn (2005, p. 34), o fracasso da organização, culminando em uma nova guerra, demonstrar-se-ia inevitável:

Não é necessário entrar em detalhes da história do entreguerras para ver que o acordo de Versalhes não podia ser a base de uma paz estável. Estava condenado desde o início, e portanto outra guerra era praticamente certa. Como já observamos, os EUA quase imediatamente se retiraram, e num mundo não mais eurocentrado e eurodeterminado, nenhum acordo não endossado pelo que era agora uma grande potência mundial podia se sustentar. Como veremos, isso se aplicava tanto às questões econômicas do mundo quanto à sua política. Duas grandes potências européias, e na verdade mundiais, estavam temporariamente não apenas eliminadas do jogo internacional, mas tidas como não existindo como jogadores independentes — a Alemanha e a Rússia soviética. Assim que uma ou as duas reentrassem em cena, um acordo de paz baseado apenas na Grã-Bretanha e na França — pois a Itália também continuava insatisfeita — não poderia durar. E, mais cedo ou mais tarde, a Alemanha ou a Rússia, ou as duas, reapareceriam inevitavelmente como grandes jogadores.

Antes de sua desativação e substituição, a Liga exercia suas funções através de uma Assembleia e de um Conselho, cuja composição deste último assim depreende-se do artigo 4º do Pacto:

Artigo 4º. O Conselho compor-se-á de Representantes das Principais Potências aliadas e associadas, assim como de Representantes de quatro outros Membros da Sociedade. Esses quatro Membros da Sociedade serão designados livremente pela Assembléia e nas épocas que lhe agradar escolher. Até a primeira designação pela Assembléia, os Representantes da Bélgica, do Brasil, da Espanha e da Grécia serão Membros do Conselho (LIGA DAS NAÇÕES, 1919).

Por “Representantes das Principais Potências” deve-se entender, novamente, pelas potências que saíram vencedoras da primeira grande guerra do

século XX, quais sejam, EUA, França, Grã-Bretanha, Itália e, nesse caso, o Japão, devido a política segundo a qual a segurança coletiva deveria ser liderada pelas potências com maior poder bélico e econômico. Esses países – com exceção dos EUA, que não ratificaram o Pacto – vieram a ocupar, portanto, os assentos permanentes do Conselho, ficando incumbidos da agenda e atividade-fim da organização: manter a paz e segurança internacionais. A atuação do Conselho, entretanto, logo se demonstrou limitada. A previsão, no artigo 15 do seu instrumento jurídico fundador, de que os Estados-membros, ao depararem-se com eventuais litígios capazes de gerar rompimento no estado de paz vigente, deveriam submetê-los ao Conselho para análise e exposição de possíveis soluções pacíficas para o caso, evidenciou essa limitação. Isso porque facultou às partes litigantes a “agir como julgarem necessário para a manutenção do direito e da justiça”, em caso de discordância com a recomendação exarada, esvaziando qualquer efeito cogente da norma (GARCIA, 2013, p. 21-24).

Prosseguindo ao artigo 16, cuja redação tratava dos tipos de sanções que poderiam vir a ser impostas aos Estados-membros que descumprissem com o Pacto ao entrarem em guerra, as sanções políticas, comerciais e financeiras eram apontadas como primeira tentativa de coibição e, em um segundo momento, o uso de força militar coletiva. Contudo, o dispositivo não exigia a disposição de força militar, pelos membros da Liga, para ajudar a cessar o ato de beligerância, mas tão somente a recomendava a eles, ficando à mercê de sua aquiescência (PATRIOTA, 2010, p. 18).

Diante deste cenário, alguns eventos sucederam-se no que, posteriormente, reconheceu-se como marcos indicativos do início da segunda grande guerra do século XX. Esses marcos são encontrados quando das seguintes invasões e intervenções: da Manchúria, em 1931, pelo Japão; da Etiópia, em 1935, pela Itália e da Guerra Civil Espanhola, entre 1936-1939, pela Alemanha e Itália (GARCIA, 2013, p. 24).

O conselho de membros permanentes, especialmente as potências que, como a França e a Grã-Bretanha, venceram a guerra, exerceram uma influência decisiva nas decisões da Sociedade, que nunca conseguiu funcionar como um órgão coletivo, nem na Assembléia, nem no Conselho. Assim, uma longa série de violações da ordem internacional e guerras de agressão propriamente ditas foram toleradas tacitamente: desde a ocupação italiana de Corfu até a invasão japonesa da Manchúria e da China, ou as violações contínuas da Alemanha ao Tratado de

Versalhes, que terminou com a invasão da Polônia em 1939. [...] (ZOLO, 2007, p. 34, tradução livre)⁶.

Ressalta-se que esses eventos ocorreram sob a vigência do Pacto da Liga das Nações, integrante do Tratado de Versalhes e que repudiava a guerra como método natural de resolução de conflitos entre Estados-membros. Ainda assim, a condenação da Liga ao Japão pela invasão em território chinês foi ignorada, resultando na saída do país da organização. A incapacidade de aplicar sanções, em relação às transgressões ocorridas na Etiópia e na Guerra Civil Espanhola, também não fez com que a Liga ganhasse mais credibilidade e efetividade no âmbito do sistema internacional, reforçando a sua decadência (HOBSBAWN, 2005, p. 36).

Não obstante a previsão, no Pacto da Liga das Nações, de que os Estados-membros se abstivessem de recorrer à guerra para resolução de litígios, este não obteve êxito em “conter uma explícita proibição jurídica da guerra”. Um efeito colateral foi a tentativa de ter a guerra de agressão qualificada como um crime punível internacionalmente, por meio da submissão, em 1924, do que foi denominado “Projeto Shotwell” – por ter sido liderado por James T. Shotwell, membro integrante da delegação dos EUA durante a Conferência de Paz de Paris –, que elencava o que seria considerado como “atos de agressão”, com suas penas equivalentes, e o qual foi rechaçado pela Liga. Em 1928, contudo, os envolvidos com o Projeto Shotwell conseguiram aprovar o Pacto Briand-Kellogg, que estabelecia, logo em seu preâmbulo, a renúncia absoluta à guerra como instrumento de política nacional, com o compromisso assumido pelos Estados em assegurar à humanidade uma convivência pacífica – apenas para vê-la sob ataque menos de onze anos depois – (ZOLO, 2007, p. 33-35).

Apesar de, à época, ter significado uma mudança inovadora dentro do direito internacional tradicional, o Pacto não aboliu o recurso à guerra em sua totalidade:

⁶ No original: “El directorio de los miembros permanentes, en especial las potencias que, como Francia y Gran Bretaña, habían ganado la guerra, ejerció una influencia determinante sobre las decisiones de la Sociedad, la cual nunca logró funcionar como un órgano colectivo propiamente dicho, ni el la Asamblea ni en el Consejo. Así, una larga serie de violaciones del orden internacional y de guerras de agresión propiamente dichas fue tolerada tácitamente: desde la ocupación italiana de Corfú hasta la invasión japonesa de Manchuria y China, u las continuas violaciones de Alemania al Tratado de Versalles, que concluyeron con la invasión de Polonia en 1939. [...]”.

Vale lembrar, antes de mais nada, que mesmo o Pacto Briand-Kellog não considerava todas as guerras ilegais. A guerra continuava a ser legal se fosse conduzida contra um Estado não-signatário do Pacto, ou contra um Estado signatário que o tivesse violado; ou ainda, se se ajustasse às obrigações do Pacto (e cada Estado guardava, de fato e juridicamente, uma grande latitude na interpretação das obrigações do Pacto). Acima de tudo, os signatários tinham reservado duas "válvulas de escape" para suas práticas tradicionais: o direito de legítima defesa e a possibilidade de empregar a força sem declarar guerra (ARON, 2002, p. 855).

As lacunas existentes – propositalmente ou não – nos documentos que regeram a atuação dos Estados, ao fim da I Guerra, tanto levaram à aposentadoria da Liga quanto serviram como espelho para moldar a nova organização que surgiria ao final da Segunda Guerra Mundial – seja reproduzindo certas práticas ou refinando-as –, a qual se denominou Organização das Nações Unidas, e sobre a qual melhor discutir-se-á no tópico a seguir.

3.2 1945: ASSINATURA DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E CONSEQUENTE CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

O panorama das relações internacionais durante os anos que se seguiram, após o término da Primeira Guerra Mundial, e as medidas firmadas contra os Estados vencidos, como resposta a ela, demonstrou-se de grande instabilidade. A insatisfação e a injustiça foram os sentimentos que moveram as ações que se desenrolaram no início da Segunda Guerra Mundial, sendo o ataque e a invasão nazista de Hitler à Polônia, em 1939, comumente utilizada como marco teórico para assinalar o começo desse período – cujas ações detiveram-se, em um primeiro momento, entre os países europeus, somente ao final trazendo participação ocidental ao conflito –, e o bombardeamento à Hiroshima e Nagasaki, em 1945, pelos EUA, como o seu encerramento (HOBBSAWN, 1995, p. 35-40).

O esboço do que hoje se conhece como Organização das Nações Unidas muito se deveu ao presidente à frente dos EUA quando do ataque japonês à Pearl Harbor, no ano de 1941, Franklin Roosevelt, uma vez que trouxe à discussão a necessidade de um mecanismo internacional capaz de inibir futuros atos de agressão. A ideia central do plano de segurança coletiva internacional firmava-se na figura dos “quatro policiais”, representados pelas potências que

compuseram “os Aliados” durante a Segunda Guerra Mundial (EUA, Reino Unido, URSS e República da China), cada qual responsável por assegurar a paz e a ordem dentro de seu respectivo campo de influência, sob o fundamento de um pretenso regionalismo (PATRIOTA, 2010, p. 18-19).

As negociações acerca da constituição da Organização das Nações Unidas e os dispositivos que compunham a Carta fundadora da instituição, delimitando sua estrutura e função, foram concluídas em 1945, em São Francisco, com a ratificação de 51 países signatários – ressaltando-se que, atualmente, a ONU conta com 193 países-membros – (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019).

Dentre os princípios sob os quais se assenta a Carta das Nações Unidas, o que declara a igualdade soberana entre os Estados-membros é um dos que mais causa uma sensação de incongruência entre os seus dispositivos. Isso ocorre pois, ao passo que prevê a igualdade entre os países, em seu artigo 2º, outorga poderes a um grupo limitado deles, os quais – coincidentemente ou não – figuravam como as grandes potências do século XX, e cujos poderes estendem-se ao ponto de decidir ativamente sobre a atuação da organização (GARCIA, 2011, p. 37).

Acerca do novo arranjo da instituição, Silva e Boff (2017, p. 62) assim se posicionam:

Nessa ordem de ideias, os negociadores instituíram uma arquitetura institucional baseada numa hierarquia de poder assentada numa concepção de autoridade competente para execução das suas decisões e que, ademais, forjava uma pretensa unidade entre os grandes poderes. A constituição desse núcleo unificado de poder foi sacramentada na implementação de cadeiras permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e manifestada, sobretudo, na forma de veto. O novo formato pretendia posicionar as Nações Unidas acima das rivalidades nacionais e corrigir as distorções do sistema internacional que a sua predecessora genebrina não logrou alcançar. Os aliados seriam os encarregados de fundar e gerir o edifício da paz e da segurança internacional enquanto base concreta do novo regime.

Assim como na Sociedade das Nações, a ONU previu, desde o início, em seu quadro de composição, uma Assembleia Geral, Secretaria e um Conselho – com nomenclaturas ligeiramente diversas, mas semelhantes no cerne de seus objetivos –, com o adicional, contudo, de um Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela e de uma Corte Internacional de Justiça, constando todos do artigo 7º de seu documento fundador (NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Projetado, em tese, como órgão mais inclusivo e democrático dentro da instituição, por conceder um voto a cada Estado-membro nas questões por ele tratadas⁰⁷, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) provou não ser capaz de exercer integralmente suas funções. Apesar de poder discutir uma vasta gama de assuntos – quaisquer questões acerca das finalidades previstas na Carta ou funções dos demais órgãos que compõem as Nações Unidas⁸ –, a AGNU atua, essencialmente, através de recomendações, as quais não detêm o efeito vinculante necessário para tê-las efetivamente cumpridas. O veto atribuído aos membros permanentes do Conselho de Segurança atuará, igualmente, como entrave para a atuação da AGNU (SILVA; BOFF, 2017, p. 63-64), conforme será verificado no item “3.1” do presente trabalho.

Avançando-se rápida e brevemente na história, a Resolução nº 377, datada de 1950 e intitulada “*Uniting for Peace*”, é uma demonstração de insatisfação, pelos países-membros, da ausência de uma maior autonomia da Assembleia Geral para tratar de assuntos envolvendo a manutenção da paz e segurança internacionais, reconhecendo uma inércia aparente do Conselho de Segurança para cuidar dessas questões singularmente. A tentativa de conferir maior competência à AGNU sobre o assunto demonstra-se como resposta à sua atuação mitigada, constantemente, pelo CSNU (PATRIOTA, 2010, p. 30).

O Conselho Econômico e Social (ECOSOC), por sua vez, ao contrário da Assembleia, não fez parte (nem tampouco estava previsto) da antiga Liga das Nações, surgindo, então, como o primeiro órgão com atribuições específicas para tratar de questões econômicas e sociais dentro da organização. Mais precisamente, suas funções recaem sobre “assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos”, podendo realizar estudos, relatórios e recomendações abrangendo tais temas⁹ (NAÇÕES UNIDAS, 1945). Cabe ressaltar que a constituição somente posterior do ECOSOC à Liga das Nações não significa a ausência de atuação da mesma sobre tópicos

⁷ Artigo 18 1. Cada membro da Assembleia Geral terá um voto.

⁸ Artigo 10 A Assembleia Geral poderá discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro das finalidades da presente Carta ou que se relacionarem com as atribuições e funções de qualquer dos órgãos nela previstos [...].

⁹ Artigo 62 1. O Conselho Econômico e Social fará ou iniciará estudos e relatórios a respeito de assuntos internacionais de caráter econômico, social, cultural, educacional, sanitário e conexos e poderá fazer recomendações a respeito de tais assuntos à Assembleia Geral, aos membros das Nações Unidas e às agências especializadas interessadas.

econômicos, sociais e afins, tendo-a regulamentado, brevemente, nos artigos 23 e 24 de seu Pacto fundador (ALVES, 2013, p. 106-108).

A Carta determina que o Conselho “será composto de cinquenta e quatro membros das Nações Unidas eleitos pela Assembleia Geral”, sendo eleitos, dentre esses, 18 membros para o exercício de um mandato com 3 anos de duração, cabendo reeleição imediata ao término do prazo (artigo 61, §§1º e 2º da Carta). Entretanto, apesar de prever um número maior no seu quadro de composição e atuação, e embora seja um órgão subordinado à AGNU, o fato de essa última sofrer constantes ingerências por parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança acaba por influenciá-lo direta e indiretamente:

As incongruências se manifestam desde o estabelecimento do Ecosoc, sobretudo no que se refere ao exercício de poder desigual em um ambiente de composição não universal e ao desacato ao princípio da igualdade entre os Estados. Aqui, novamente, os membros permanentes do CSNU acabam sendo, na prática, *quasi* permanentes no Ecosoc, uma vez que tem ocupado assentos no conselho de forma continuada durante décadas [...] (SILVA; BOFF, 2017, p. 64).

A afirmação de serem os membros do CSNU, na prática, *quasi* permanentes, decorre do histórico de países ocupantes dos assentos do Conselho, o qual conta, até o momento¹⁰, com participações ininterruptas dos EUA, desde 1946, e da China, desde 1972 – tendo sido membro no período entre 1946 a 1960 antes disso –, da França desde 1946, e do Reino Unido e Rússia, ambos desde 1947 (ALVES, 2013, p. 99). Esse envolvimento preponderante dos membros permanentes no ECOSOC, e demais órgãos das Nações Unidas, acarreta críticas, pelos Estados-membros, que veem esse envolvimento como uma espécie de intromissão em esferas que fogem do campo de atuação do CSNU, direcionando a agenda do órgão para pautas de segurança quando habitualmente seriam tratadas por um viés econômico, social, dentre outros... (GARCIA, 2013, p. 53-54).

Adiante, para o lado administrativo da organização, tem-se o Secretariado, composto por seu principal funcionário administrativo, na figura do secretário-geral, assim como demais funcionários necessários ao seu funcionamento. No procedimento de escolha do secretário-geral mencionado no

¹⁰ Ver, por exemplo, “ECOSOC. **Members.** Disponível em: <<https://www.un.org/ecosoc/en/content/members>>. Acesso em: 23 set. 2019”.

dispositivo, o CSNU possui o papel de recomendar, à AGNU, o melhor candidato para ocupar o cargo (artigo 97 da Carta) (NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 62). Nesse ínterim, segundo Frattini (2009, p. 59), não somente possui o CSNU a prerrogativa de indicação do secretário, como, concomitantemente, possui uma brecha para influir no modo pelo qual o órgão efetua suas atribuições ao analisar e redigir as resoluções do próprio CSNU com base na conveniência de seus membros.

Essa conveniência fundada em interesses políticos pode ser percebida em alguns momentos no curso da vigência das Nações Unidas e desde a homologação do Secretariado. A saber, a influência exercida por um dos membros permanentes do CSNU no momento de votação à reeleição do então Secretário-Geral Boutros Boutros-Ghali, em 1996, que havia sido indicado pelos membros do CSNU, em 1991, para um mandato de 5 anos e preparava-se para uma segunda recondução – como todos os secretários-gerais antes dele –, e que acabou sendo vetado pelos EUA, sendo este o único a votar contra o egípcio¹¹. Mesmo sob a previsão legal, no artigo 100 da Carta, de que os Estados-membros obrigam-se a respeitar o caráter internacional das atribuições do secretário-geral e do pessoal do Secretariado, sem buscar exercer qualquer influência sobre eles no desempenho de suas funções, a ingerência é, de fato, exercida tanto interna quanto externamente (SILVA; BOFF, 2017, p. 65).

Um exemplo de procedimento desse controle é relatado por Frattini (2009, p. 59-60, tradução livre), que aponta a importância do domínio sobre o Secretariado, por permitir acesso a pessoas dentro do órgão capazes de contribuir diretamente com sua política externa:

Por exemplo, eles conquistam o delegado de um país X para sua causa e solicitam-no que em uma resolução da Assembleia vote a favor, quando seu próprio país o ordenou para votar contra. O delegado vota o recomendado pelos Estados Unidos e, quando cai em desgraça na diplomacia de seu país, esse delegado "obediente" é contratado como funcionário de alto escalão pela própria ONU e é designado como

¹¹ Ver "United Nations, Security Council "Official Communique of the 3714th (closed) meeting of the Security Council", **S/PV.3714** (19 november 1996), disponível em: <<https://undocs.org/en/S/PV.3714>>, United Nations, Meetings Coverage and Press Releases, Security Council fails to nominate secretary-general for second term, SG/2030, 19 november 1996, <www.un.org/press/en/1996/19961119.sg2030.html> e SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Veto na ONU expõe isolamento dos EUA. **Folha de S.Paulo**, Washington, 24 nov. 1996. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/24/mundo/7.html>>. Acesso em: 23 set. 2019".

enviado especial do secretário-geral ou a alguma posição equivalente em uma das muitas agências. Algo semelhante continua acontecendo hoje¹².

Além disto, a Corte Internacional de Justiça (CIJ), estabelecida no Capítulo XIV, a partir do artigo 92 da Carta, é concebida como sendo o principal órgão judiciário da organização, funcionando, a priori, conforme as disposições do seu Estatuto, que é parte integrante da Carta – diferentemente de sua predecessora, a Corte Permanente de Justiça Internacional, criada através da Liga das Nações, sem, contudo, ter sido incorporada ao Pacto – (TRINDADE, 2013, p. 17). Possui em sua composição a presença de 15 juízes, que passam por eleição por meio do CSNU e pela maioria absoluta da AGNU, e cuja nacionalidade, supostamente, não deve ser observada quando de sua eleição e atuação, uma vez que os cargos ocupados não representam seus países originários, mas sim um sistema dentro do direito internacional (artigos 2º, 3º e 13 do Estatuto da CIJ) (NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Acerca da nacionalidade dos juízes, esta é considerada em alguns momentos, como para aferir a existência, ou não, de dois juízes cujas nacionalidades advenham do mesmo país-membro, pois esta é uma situação vedada pelo Estatuto em seu artigo 3º. Em havendo litígio entre partes cuja nacionalidade não conste representada na Corte, a parte não representada poderá designar um juiz *ad hoc* para participar do caso em questão, uma vez seja a indicação aprovada pelo colegiado da CIJ. Referido procedimento está positivado no artigo 9º do Estatuto, que evidencia uma preocupação em assegurar eventual necessidade de representação pelos “principais sistemas jurídicos do mundo” (TRINDADE, 2013, p. 18), e que acaba por reforçar uma ideia de “povos civilizados (que merecem ocupar postos especiais de comando) e incivilizados – em outras palavras, os ocidentais e os ‘outros’” (SILVA; BOFF, 2017, p. 66).

A prática recorrente de ingerência e, conseqüentemente, influência, em todos os setores que consolidam as Nações Unidas, como visto acima, a exemplo da Assembleia Geral, do Conselho Econômico e Social e Secretariado, pelas

¹² No original: “Por ejemplo, captan para su causa al delegado de un país X y le piden que en una resolución de la Asamblea vote a favor, cuando su propio país le ha ordenado que vote en contra. El delegado vota lo recomendado por Estados Unidos, y cuando cae en desgracia en la diplomacia de su país, este delegado «obediente» es contratado como funcionario de alto nivel por la propia ONU y destinado como enviado especial del secretario general o un puesto por el estilo en alguna de las numerosas agencias. Algo parecido sigue sucediendo en la actualidad”.

grandes potências que formam o P5¹³, é motivo para constantes denúncias. Partindo, principalmente, de países que não detêm poderes necessários para conquistar maior espaço na organização, as denúncias evidenciam a “super-representação” de países ocidentais – que, invariavelmente, possuem representantes no quadro de juízes da Corte – em detrimento da “sub-representação” das demais nações não ocidentais. O fato do quadro da CIJ contar, desde a sua criação, em 1946, com a presença de juízes nacionais dos Estados Unidos, do Reino Unido, da França e ex-União Soviética, ratifica, até certo ponto, as acusações a eles empregadas (SILVA; BOFF, 2017, p. 66).

A extensão do controle das grandes potências é apontada por Frattini (2009, p. 49-54) ao constatar, dentre outros fatores, que aos primeiros responsáveis à frente da Secretaria da ONU, cujas nacionalidades representavam o interesse de duas potências dominantes (norte-americana e britânica), foi dada a tarefa de recrutar tantos funcionários quanto possível, utilizando como parâmetro de admissão um critério altamente “rigoroso”: o país de nascimento.

Para as funções de menor grau na escala de responsabilidades – e menor remuneração –, estabeleceram-se diferentes etapas que precisavam ser devidamente cumpridas pelos candidatos de modo a ocupar o cargo, ao passo que as funções de maior impacto se reservaram àqueles que, não necessariamente tendo experiência para exercê-las, tivessem vivência o suficiente para conhecer as pessoas “certas” que pudessem indicá-las ao preenchimento da vaga¹⁴. Ademais, denota-se que o controle exercido também era evidente pela quantidade de cargos estratégicos ocupados por cada potência, a saber:

Para se ter uma ideia do controle das potências ocidentais na ONU, basta dizer que, em 15 de outubro de 1946, 273 altos cargos da Secretaria foram ocupados pelos Estados Unidos, 88 pela Grã-Bretanha, 61 pela França, 35 pela Canadá, 32 pela China ou 16 para a Tchecoslováquia. A União Soviética tinha apenas seis altos ou médios oficiais dentro do Secretariado das Nações Unidas¹⁵ (FRATTINI, 2009, p. 62, tradução livre).

¹³ Os 5 membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, quais sejam: Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China.

¹⁴ Ver “BRASIL, Nações Unidas. **Como trabalhar na ONU?** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/vagas/trabalho/>>. Acesso em: 20 out. 2019.”.

¹⁵ No original: “Para hacerse una idea del control de las potencias occidentales en la ONU, basta decir que, al 15 de octubre de 1946, 273 altos cargos del Secretariado estaban ocupados por Estados Unidos, 88 por Gran Bretaña, 61 por Francia, 35 por Canadá, 32 por China, o 16 por Checoslovaquia. La Unión Soviética contaba con tan solo seis funcionarios de alto o medio rango dentro del Secretariado de las Naciones Unidas.”.

Outro ponto que merece destaque a respeito das funções da CIJ reside no Capítulo IV do seu Estatuto, em que se prevê que possui competências tanto contenciosas, baseadas na elucidação de litígios internacionais enviados a ela pelas partes envolvidas, como consultivas, consistentes na emissão de pareceres, pela Corte, versando “sobre qualquer questão jurídica a pedido do órgão que, de acordo com a Carta das Nações Unidas ou por ela autorizado, estiver em condições de fazer tal pedido”¹⁶. Contudo, apesar de os Estados-membros integrarem o Estatuto da CIJ como consequência de sua ratificação da Carta, devido a não obrigatoriedade e opcionalidade constantes do artigo 36, §2º do Estatuto, nem todos se submetem à sua jurisdição para atuar nos casos contenciosos; em realidade, dos 193 países-membros, somente 67 reconhecem a jurisdição obrigatória da Corte (TRINDADE, 2013, p. 18).

Figuram entre os países que não a reconhecem, curiosamente, quatro dos membros permanentes do CSNU – que, lembre-se, reiteradamente ocupam cargos de juízes na própria Corte –, sendo eles, a saber, os Estados Unidos, a França, Rússia e China, tendo o Reino Unido aderido à jurisdição obrigatória ao final de 2014. Todavia, o artigo 31 do Estatuto, no evento de os membros permanentes restantes submeterem-se à jurisdição obrigatória, quase como que os reserva um benefício, ao dispor que possuem os juízes da mesma nacionalidade que os litigantes o direito de atuarem em eventual caso julgado pela Corte (SILVA; BOFF, 2017, p. 67).

Salienta-se, ainda, que durante o período de negociações sobre a estrutura da ONU e da CIJ, dentre muitas divergências, os países vencedores da 2ª Guerra e fundadores da organização entraram em consenso acerca de um tópico: o de que não haveria como compelir o CSNU a executar as sentenças porventura proferidas pela Corte, competindo ao Conselho emitir “a palavra final sobre qualquer medida a ser tomada para dar cumprimento a uma decisão dos juízes da Haia” (GARCIA, 2013, p. 35).

Diante disso, a existência de manobras políticas pelas grandes potências, desde a assinatura da Carta das Nações Unidas e consequente constituição da ONU, podem ser delineadas através da análise e conexão de documentos oficiais e estatísticas produzidas ao longo do seu histórico como

¹⁶ Artigo 65, §1º do Estatuto da CIJ.

organização internacional. Evidencia-se, até o momento deste trabalho, do mesmo modo, em decorrência desse jogo de poderes e interesses, onde a ONU é mais um instrumento para efetivá-los, um crescente descrédito entre os atores e sujeitos do direito internacional público.

Nas palavras do diplomata uruguaio Nelson Iriñiz Casás, citado por Frattini (2009, p. 64, tradução livre):

A burocracia internacional é um mal inerente à estrutura abstrata das Nações Unidas: um organismo que foca em muitas áreas e, em realidade, não foca em nenhuma, para que os estados mais ideologicamente diferentes possam viver juntos, de maneira desajeitada, em uma aparência de democracia internacional¹⁷.

Por fim, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, apesar de ter sido abordado transversalmente ao longo da apresentação, neste item, dos órgãos que compõem a ONU, será tratado de forma mais objetiva e aprofundada no tópico imediatamente a seguir.

3.3 CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS: UM ÓRGÃO PACIFICADOR (MAS PARA QUEM?)

Por meio do que já foi discutido, é possível inferir que o Conselho de Segurança detém, desde 1945, o encargo de assegurar a paz e a segurança em âmbito internacional, tendo surgido sob influência, em partes, de seu predecessor, que integrou a Liga das Nações no período entre 1919-1946. Entretanto, sofreu algumas modificações substanciais no processo.

Positivada como um dos órgãos principais da ONU no artigo 7º da Carta, tem sua composição e atribuições previstas a partir do artigo 23, que integra o Capítulo V, o qual dispõe que:

O Conselho de Segurança será composto de quinze membros das Nações Unidas. A República da China, a França, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte,

¹⁷ No original: “La burocracia internacional es un mal inherente a la estructura abstracta de las Naciones Unidas: organismo que abarca mucho y aprieta poco, a fin de que los Estados más diferentes ideológicamente puedan convivir, mal que bien, en una apariencia de democracia internacional.”.

e os Estados Unidos da América serão membros permanentes do Conselho de Segurança. A Assembleia Geral elegerá dez outros membros das Nações Unidas para membros não permanentes do Conselho de Segurança, tendo especialmente em vista, em primeiro lugar, a contribuição dos membros das Nações Unidas para a manutenção da paz e da segurança internacionais e para os outros propósitos da Organização e também a distribuição geográfica equitativa (NAÇÕES UNIDAS, 1945).

Para chegar na redação final dos dispositivos constantes no Capítulo V, algumas questões de cunho político e funcional foram levadas em consideração. Com a percepção da iminente derrota das potências do Eixo pelos Aliados, discussões acerca de um novo modelo de organização internacional, onde a participação das grandes potências deveria tomar um papel central na manutenção da paz no pós-guerra, começou a ser delineado sob o comando estadunidense, na figura de Franklin Roosevelt (GARCIA, 2013, p. 29-30). Ao conceber esse papel central, a ser exercido pelas potências vencedoras, criou-se, concomitantemente, uma “pretensa unidade” entre o grupo que, para agrupar seus poderes em prol da comunidade internacional, garantiram assentos permanentes no órgão, assim como diversas prerrogativas destinadas apenas ao núcleo dos membros permanentes (SILVA; BOFF, 2017, p. 62).

Pode-se citar, como prerrogativa – que não é destinada aos membros permanentes de forma direta, mas sim à sua unidade formada através do Conselho –, o poder decisório reservado ao órgão, constante do artigo 25 da Carta da ONU. Isso, porque é o único órgão, dentro da organização, cujas decisões são revestidas de um efeito vinculante, uma vez que o artigo determina que, em sendo proferidas, os Estados-membros devem aceitá-las e cumpri-las. Assim, difere-se das recomendações emitidas pela AGNU e pelo ECOSOC, por exemplo, cujos efeitos não são cogentes (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2019).

O número de membros não permanentes do CSNU, salienta-se, não permaneceu igual ao previsto na redação original da Carta de São Francisco. Antes de sua alteração, o Conselho era composto por seis Estados-membros rotativos – além dos já garantidos cinco assentos permanentes –, totalizando onze membros responsáveis pela agenda da paz no âmbito internacional. A reforma em referido órgão, então, surgiu a partir da crescente ratificação da Carta por outros Estados – que passaram a integrar o quadro de membros da ONU, aumentando significativamente a sua composição inaugural –, e da necessidade, como

consequência, de maior representatividade dos países de modo a torná-la “equitativa e equilibrada” geograficamente (PEREIRA; PEREIRA, 2017, p. 99-100).

Para que se tenha uma ideia mais clara da situação que ensejou a emenda ao artigo 23 da Carta, em 1963, ano em que a proposta de ampliação dos assentos não permanentes foi submetida à AGNU por um grupo ordenado de países africanos, asiáticos e latino-americanos, a ONU contava com 113 Estados-membros (62 países a mais do que quando de sua criação, em 1945), tendo sido nessa diferença que o projeto foi baseado, e nela que a Resolução nº 1991 (1963) foi aprovada, passando a prever a atual composição de membros permanentes (5) e não permanentes (10)¹⁸ (PEREIRA; PEREIRA, 2017, p. 100).

O processo de projeção da ONU, deflagrado com a 2ª Guerra Mundial ainda em curso, dividiu-se entre 3 etapas (ou conferências): a Conferência de Dumbarton Oaks (1944), Conferência de Yalta (1945) e Conferência de São Francisco (1945). Na primeira, estabeleceu-se uma proposta de estrutura da organização – devendo-se atentar ao fato de prever, já em seu projeto, a necessidade de disposição de forças armadas, pelos Estados-membros, para conter atos de guerra e de agressão, tendo em vista o fracasso da Liga nesse quesito –; na segunda, devido à lacuna deixada na reunião anterior e à importância da matéria, decidiu-se acerca do método de votação a ser adotado pelo Conselho de Segurança; na terceira, elaborou-se, por fim, a Carta das Nações Unidas (NACIONES UNIDAS, 1945).

Em relação à conferência que primeiro deu formato à ONU, Hildebrand (2001), tendo sido citado por Frattini (2009, p. 30), lançou críticas à atuação das potências organizadoras do evento – China, Rússia, Grã-Bretanha e Estados Unidos –, precisamente por não terem logrado êxito em delinear o procedimento de votação do órgão nos assuntos que seriam inerentes ao Conselho, assim como deixaram de determinar a quais Estados-membros caberia o dever de dispor de suas próprias forças armadas para colocar em prática o objetivo assumido: manter a paz e segurança internacionais. Em suas palavras, ao postergar a tomada de decisão sobre esses temas, os representantes das potências acabaram por criar

¹⁸ Ver “United Nations General Assembly Resolution 1991 “Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Council”, **A/RES/1991(XVIII)A-B** (17 december 1963), disponível em: <[https://undocs.org/en/A/RES/1991\(XVIII\)A-B](https://undocs.org/en/A/RES/1991(XVIII)A-B)>. Acesso em: 20 out. 2019.”.

“uma das políticas que marcaram a ONU desde a sua fundação: ‘a política da próxima vez’”¹⁹.

Ao fim, a redação dada pelo artigo 27, que regulamenta a forma de votação pelo Conselho, determinou que, para a tomada de decisões em relação às questões de conteúdo processual, o Conselho deve reunir o voto positivo de nove dos seus quinze membros²⁰. E, em relação às demais questões de competência do órgão, é necessário que haja o voto positivo, também, de nove dos seus membros, constando, dentre eles, necessariamente o voto de cada um dos cinco membros permanentes²¹ (NAÇÕES UNIDAS, 1945). Declaradamente, esse é o texto previsto no artigo 27, entretanto, o que não consta em referido dispositivo – mas que se tornou prática comum –, foi a interpretação dada a ele, através da qual a abstenção ou ausência de um membro permanente, em uma sessão de voto de uma resolução, não configura a aplicação do poder de veto; antes, é preciso que se vote negativamente para que o veto seja empregado (LOWE et al., 2008, p. 19).

Conforme aludido no início deste item, a criação do Conselho de Segurança baseou-se, até certo ponto, em seu predecessor, o qual fez parte da então Liga das Nações, tendo sofrido com algumas alterações substanciais em suas atribuições, composição e prerrogativas. Dentre as mudanças apontadas acima, vale ressaltar, da mesma forma, as que ocorreram em relação ao formato de votação – recém mencionado –, bem como em relação ao procedimento adotado em eventual envolvimento de um dos membros permanentes do CSNU em casos de uso ilegal de forças, como muito bem demonstra Zolo (2007, p. 36-37):

O Conselho de Segurança concentra em si todos os poderes de decisão das Nações Unidas e não é, diferentemente do Conselho da Liga das Nações, um órgão puramente deliberativo. [...] O Conselho de Segurança não decide por unanimidade, como fez o Conselho da Liga das Nações, mas por maioria qualificada e com a condição de que não haja voto contrário de um dos cinco membros permanentes previsto no artigo 23 da Carta, isto é, de um dos poderes vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, incluindo também a França. Finalmente, os membros do Conselho de Segurança, apesar de gozarem de vastos poderes de intervenção política

¹⁹ No original: “[...] Sin saberlo, los representantes de Estados Unidos, Gran Bretaña, Unión Soviética y China acababan de crear una de las políticas que ha marcado a la ONU desde su fundación: «la política de la próxima vez».”.

²⁰ Artigo 27, §2º da Carta da ONU.

²¹ Artigo 27, §3º da Carta da ONU.

e militar, não são obrigados a se abster nos casos em que tentam resolver com força as disputas em que eles mesmos estão envolvidos, tal como, ao contrário, estava previsto à Liga das Nações. Consequentemente, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança podem, por direito e de fato, recorrer aos poderes deste órgão, enquanto eles, graças ao poder de veto, são imunes à possibilidade de serem submetidos a esses mesmos poderes²².

Não obstante o plano de composição regionalista pretendido por Roosevelt, onde os países escolhidos para ocupar os assentos permanentes dependeriam da extensão de seu poder militar e capacidade de contenção e coerção dos países vizinhos em caso de violação ao estado de paz, os fatores que determinaram a escolha final foram outros que não o regionalismo, baseados, principalmente, em interesses políticos, retratando uma estratégia “globalista e centralizada” (GARCIA, 2011, p. 33-34).

Inicialmente, a utilização de instrumentos coercitivos – se necessário fosse –, como medida para manter ou restabelecer a paz e segurança internacionais, foi aceita quase que unanimemente entre os Estados-membros, a não ser pela relutância encontrada nos representantes da União Soviética. Esta última preferia a adoção de uma abordagem de solução pacífica de conflitos, cujas partes eventualmente litigantes ficariam obrigadas a aderir às decisões formuladas, pelo Conselho, ao caso concreto, que as emitiria por meio de recomendações. As medidas pacíficas pretendidas foram, posteriormente, adotadas como uma das possibilidades de resoluções de controvérsias positivadas ao longo do Capítulo VI da Carta (PATRIOTA, 2010, p. 20-21).

O emprego de meios coercitivos, por sua vez, ficou estabelecido no capítulo imediatamente seguinte da Carta, convencionando-se que a aplicação de forças armadas seria reservada, a princípio, para casos em que se verificasse

²² No original: “El Consejo de Seguridad concentra en sí mismo la totalidad de los poderes de decisión de Naciones Unidas y no es, a diferencia del Consejo de la Sociedad de Naciones, un órgano puramente deliberativo. [...] El Consejo de Seguridad no decide por unanimidad, tal como lo hacía el Consejo de la Sociedad de Naciones, sino por mayoría calificada y con la condición de que no haya ningún voto contrario de uno de los cinco miembros permanentes previstos en el artículo 23 de la Carta, es decir, de una de las potencias vencedoras de la segunda guerra mundial, incluyendo también a Francia. Por último, los miembros del Consejo de Seguridad, a pesar de gozar de poderes de intervención político-militar vastísimos y discrecionales, no están obligados a abstenerse en los casos en que se trate de dirimir con la fuerza las controversias en las cuales ellos mismo se encuentren implicados, tal como, por el contrario, estaba previsto para la Sociedad de Naciones. Consiguientemente, los cinco miembros permanentes del Consejo de Seguridad pueden, por derecho y de hecho, valerse de los poderes de este organismo, mientras que ellos, gracias al poder de veto, son inmunes a la posibilidad de ser sometidos a estos mismos poderes.”.

“ameaça à paz, ruptura da paz ou atos de agressão”²³. A ausência de êxito em chegar a uma definição de situações que configurariam casos de agressão, ameaça ou ruptura da paz, contudo, demonstrou-se um tanto quanto problemática para a atuação do Conselho (PATRIOTA, 2010, p. 21) conforme será averiguado.

Resumindo-se, de maneira mais bem delineada, o *modus operandi* da segurança coletiva estabelecida nos Capítulos VI e VII da Carta, Liu (1994), citado por Patriota (2010, p. 24-25), assim ilustra a atuação do CSNU para a preservação da paz e segurança internacionais:

O sistema original elaborado pelas Nações Unidas para garantir a manutenção da paz e segurança internacionais está descrito nos Capítulos VI e VII da Carta. Resumidamente, pretende funcionar da seguinte maneira. Quando surge uma disputa entre dois governos, as partes envolvidas são obrigadas, de acordo com o Capítulo VI, a procurar uma solução por meios pacíficos, principalmente por negociação, conciliação, mediação e arbitragem. Se os meios pacíficos se revelarem insuficientes e a disputa se transformar em conflito armado, o Capítulo VII entrará em cena. Esse Capítulo, que constitui o núcleo do sistema de segurança coletiva da ONU, estipula que, em caso de ameaça à paz, violação da paz ou ato de agressão, o Conselho de Segurança pode tomar medidas de execução para restaurar a paz, primeiro medidas não militares como embargos de armas e sanções econômicas e, em último caso, o uso da força²⁴.

Realizando-se uma breve visita ao passado, pode-se constatar que, enquanto a Liga das Nações estava ainda em funcionamento, além de ter a situação de “agressão” prevista no artigo 10º do Pacto como permissivo para que o Conselho agisse de modo a neutralizá-la, também tentou a organização, por meio de diversos tratados formalizados, coibir o ato de agressão elevando-o ao *status* de crime internacional. O Pacto Briand-Kellogg, realizado em 1928 – e já abordado no item “2.1” –, é um exemplo disso, tendo determinado a “renúncia absoluta à guerra como instrumento de política nacional”, incluindo atos de agressão, apesar de não os ter especificado. A tentativa de definição do crime de

²³ Artigo 39 da Carta da ONU.

²⁴ No original: “The original system devised by the United Nations to ensure the maintenance of international peace and security is outlined in Chapters VI and VII of the Charter. Briefly it is meant to function in the following manner. When a dispute arises between two governments, the parties concerned are obliged, under Chapter VI, to seek a solution by peaceful means, mainly by negotiation, conciliation, mediation and arbitration. If the peaceful means should prove insufficient and the dispute escalates into armed conflict, then Chapter VII comes into play. That Chapter, which constitutes the core of the UN collective security system, stipulates that in case of any threat to the peace, breach of the peace or act of aggression, the Security Council may take enforcement measures to restore peace, first non-military measures such as arms embargoes and economic sanctions, and, in the last resort, the use of force.”.

agressão veio em seguida, com a assinatura do acordo intitulado “*Convention Defining Aggression*”, de 1933, entre a União Soviética e seus países adjacentes, que trouxe em seu artigo 2º as ações que, uma vez cometidas por um Estado, configurá-lo-iam como agressores (FERENCZ, 1972, p. 491-493):

1. Declaração de guerra contra outro Estado; 2. Invasão das forças armadas, mesmo sem declaração de guerra, do território de outro Estado; 3. Um ataque armado por terra, forças navais ou aéreas, mesmo sem declaração de guerra, ao território, embarcações navais ou aeronaves de outro Estado; 4. Bloqueio naval das costas ou portos de outro Estado; 5. Auxiliar grupos armados formados no território de um Estado e também grupos que invadiram o território de outro Estado; ou recusa, apesar das demandas por parte do Estado sujeito a ataques, de tomar todas as medidas possíveis em seu próprio território para privar os referidos grupos de qualquer ajuda e proteção.

Apesar de representar um avanço do ponto de vista legal, a iniciativa não produziu grandes efeitos concretamente, para além do ato simbólico da assinatura do acordo de definição de atos de agressão. O próprio organismo das Nações Unidas além de designar, em seu artigo 39, a função ao Conselho de Segurança de definir a “existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão”, também acrescentou, quando de sua criação, a repressão de atos de agressão “ou qualquer outra ruptura de paz” como um dos propósitos a nortear a sua atuação²⁵. Em nenhum momento, contudo, a Carta elenca quais atos seriam caracterizados como de agressão, de ameaça ou de ruptura de paz, permanecendo os conceitos deliberadamente vagos (FERENCZ, 1972, p. 492).

Muito embora tenha a Carta designado controle exclusivo ao CSNU sobre a tomada de decisões que permitem ou não o uso de coerção militar para a solução de conflitos armados, esta preservou, contudo, através do artigo 51, “o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas” (PATRIOTA, 2010, p. 25). Referido dispositivo também deixa de fora uma possível elucidação e definição do que constituiria uma guerra de agressão e, conseqüentemente, quais seriam as situações que autorizariam o direito de legítima defesa, transformando o artigo 51 em uma espécie de “licença” apresentada, constantemente, pelas grandes

²⁵ Artigo 1. Os propósitos das Nações unidas são: 1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz [...].

potências, como justificativa para suas guerras, ampliando cada vez mais o rol de concepções do que é considerado legítima defesa na ordem internacional (ZOLO, 2007, p. 39).

Como exemplos da problemática mencionada anteriormente, em relação à atuação do CSNU e à ausência de uma definição precisa dos atos que configuram uma guerra de agressão, esta pode ser, simbolicamente, retratada em dois episódios históricos: o que envolveu um dos juízes americanos, que serviu como juiz associado no Tribunal Militar Internacional de Nuremberg – um tribunal *ad hoc* criado para julgar os criminosos nazistas que atuaram na 2ª Guerra Mundial –, e o que se relaciona ao Estatuto de Roma, que deu origem ao Tribunal Penal Internacional.

No primeiro episódio, o juiz estadunidense Robert H. Jackson, encarregado de representar os EUA no julgamento dos militares nazistas, assim como de auxiliar a organizá-lo, decidiu, curiosamente, no mesmo dia em que a Carta das Nações Unidas estava para ser assinada durante a Conferência de São Francisco (1945), apresentar aos seus colegas Aliados (representantes da França, Reino Unido e URSS) reunidos em Londres para negociar o Estatuto do Tribunal Militar Internacional, uma proposta para que a guerra de agressão fosse considerada como um ato criminoso, e, então, definida objetivamente, com suas respectivas sanções, a fim de que pudesse ser utilizada no julgamento (FERENCZ, 1972, p. 492).

Ocorre que, se a guerra de agressão fosse, de fato, considerada como um ato criminoso pelo Estatuto, este estaria instituindo como crime punível uma situação que, à época dos fatos, não estava penalmente prevista e positivada, uma vez ter sido o Tribunal, justamente por sua característica *ad hoc*, criado apenas após os acontecimentos que o originaram, especificamente para o fim de julgá-los. Esse motivo, entretanto, não serviu como impeditivo para que seguissem adiante com a proposta, que foi ao fim aceita e, a definição de guerra de agressão, apoiada integralmente na redação oferecida pela URSS em 1933²⁶, sem qualquer inovação e atualização (FERENCZ, 1972, p. 493).

Neste sentido, a transgressão reside no fato de que, mesmo apoiada em uma tentativa de definição anteriormente prevista, o acordo firmado pela

²⁶ Ver “Convention Defining Aggression (1933)”.

URSS e seus países vizinhos, em que se definiu situações caracterizadoras da guerra de agressão, não tinha efeito para além das partes que o ratificaram; não tinha, assim, efeito sobre a atuação dos militares nazista durante a guerra, criando, portanto, uma lei nova para enquadrar um fato pretérito como crime.

O segundo episódio, envolvendo a guerra de agressão, relaciona-se com outro Estatuto e outro Tribunal, neste caso, o de Roma (1988), que originou o Tribunal Penal Internacional que, ao contrário do anterior, é um tribunal permanente. Nele, há dois dispositivos conflitantes que merecem ser ressaltados: o artigo 5º, que elenca a guerra de agressão como sendo “um dos tipos penais mais graves para a comunidade internacional”, juntamente com os crimes de genocídio, contra a humanidade e de guerra, ao passo que também avoca a competência, ao próprio Tribunal, para julgá-los; e o artigo 16, que prevê a possibilidade de um “adiamento do inquérito e do procedimento criminal”, por um prazo de 12 meses, nos casos em que o Conselho de Segurança, com base em resolução aprovada de acordo com o Capítulo VII da Carta, decidir solicitar a suspensão do início ou da continuidade de uma fiscalização pelo Tribunal (ZOLO, 2007, p. 56-57).

Poder-se-ia perguntar: qual é a relação entre a competência do Tribunal para julgar crimes de agressão e o direito do CSNU de solicitar a suspensão da iniciativa, pelo Tribunal, de fiscalizar possíveis violações da paz devido aos crimes elencados no artigo 5º do seu Estatuto? Uma delas deve-se à brecha, prevista no próprio artigo 16 do referido Estatuto, que viabiliza que a suspensão seja requerida *ad infinitum* pelo CSNU, impedindo, portanto, eventual constatação da ocorrência de um crime de agressão e, consequentemente, o seu devido julgamento pelo Tribunal.

Já a outra decorre do fato de que os EUA, um dos membros permanentes do Conselho, apesar de ter participado da criação de um dos estatutos que criou um tribunal penal para julgar crimes – dentre eles, o de agressão, proposto por um de seus representantes –, não ratificou o Estatuto de Roma, não reconhecendo a jurisdição do TPI para julgar crimes que tenham sido ou venham a ser cometidos por aquele Estado (ZOLO, 2007, p. 57).

Desse modo, apesar de contar a organização, atualmente, com uma vasta quantidade de países e nacionalidades em seu quadro de composição, diversos fatores ainda contribuem para que empecilhos sejam formados na

admissão de novos Estados, sendo a concentração de poder nos países-membros que formam o Conselho de Segurança um deles. Essa centralização afeta, principalmente, a maneira como a atuação da ONU é conduzida, refletida na influência na tomada de decisões em todos os âmbitos de sua estrutura (GARCIA, 2013, p. 55-63).

O poder de veto, implícito nos Capítulos da Carta, tornar-se-á um componente estrategicamente essencial ao longo do exercício da função do Conselho de Segurança, o qual será demonstrado no capítulo a seguir.

4 CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS E PODER DE VETO: COLONIALIDADE DO PODER

Neste capítulo, será demonstrado o que é o poder de veto concedido aos membros permanentes do CSNU e como ele tem sido utilizado pelo órgão a partir da sua criação, sem a presunção, contudo, de elencar todos os momentos em que ele foi utilizado por seus membros. O que se busca é delinear se há um padrão que possa ser ligado aos motivos pelos quais o veto foi utilizado naquele momento específico, assim como se ele pode ser considerado uma ferramenta que atua na reprodução da colonialidade do poder “na esfera da ordem internacional”.

Ao segundo item do presente capítulo reservar-se-á a análise dos casos envolvendo o CSNU, a quebra do estado de paz em determinados Estados e como o Conselho possivelmente contribuiu para que as situações não fossem contidas ou, pior: fossem reforçadas e/ou prolongadas. Para se alcançar o resultado pretendido, será utilizado como critério de pesquisa, para a seleção de informações, a livraria disponível no próprio sítio das Nações Unidas, com toda a documentação oficial publicada pelos órgãos a partir de 1946. É possível ter acesso, no sítio eletrônico, selecionando-se por órgão, aos registros de reuniões, às resoluções e aos votos realizados pelos membros durante o período do ano definido como parâmetro de pesquisa, dispostos em tabelas informando a data em que o evento ocorreu, o tópico discutido e o atalho para acesso à íntegra do documento oficial, os quais servirão de fonte para o levantamento dos dados necessários para a elaboração do presente tópico.

O trabalho será, então, concluído com a análise da atuação do Conselho através do poder de veto, apresentada ao longo do capítulo nos tópicos anteriores, a partir da teoria descolonial, a fim de que verifique se ONU, por meio do Conselho de Segurança, exerce uma função colonial em escala internacional/institucional.

4.1 VETO: UM ÔNUS OU BÔNUS?

O Conselho de Segurança, de acordo com o que foi analisado no tópico anterior, integra a ONU como um órgão executivo, composto por quinze Estados-membros – dentre eles, cinco membros permanentes e dez membros rotativos (não permanentes) –, cuja função primordial baseia-se na manutenção da paz e segurança internacionais. Para além disso, verificou-se que o CSNU é o único órgão da ONU com poder decisório, isto é, suas decisões devem ser consideradas e cumpridas por todos os membros, tendo evidente influência na atuação dos órgãos principais e no rumo da agenda da organização.

Não bastasse a posição privilegiada ocupada pelo restrito núcleo das potências do pós-II Guerra Mundial, segundo Garcia (2013, p. 69), ao CSNU também foi assegurado o poder de veto que, muito embora não esteja inscrito expressamente na Carta, foi apresentado pelos países vencedores durante a Conferência de São Francisco (1945) e, controvertidamente, aceito pelos Estados-membros que a ratificaram. Requisito indispensável e inegociável para que a organização saísse do papel, o veto foi justificado, pelos chamados P5, sob o discurso dos “sacrifícios” realizados para que pudessem sair vencedores da guerra e, assim, restabelecer a paz à comunidade internacional, sem o qual não teria se concretizado:

Para usufruírem de uma posição de poder controlar e/ou ficarem imunes ao órgão, os Quatro Policiais (e mais tarde a França) concordaram em que o veto era condição *sine qua non* para o projeto da ONU. A fórmula de Yalta definiu em termos gerais o seu alcance. As potências patrocinadoras chegaram a São Francisco com o firme propósito de não abdicar do veto, ponto para elas inegociável (GARCIA, 2013, p. 45, grifo no original).

A união de esforços como estratégia pelas grandes potências para atingir um objetivo em comum, qual seja, o de conquista do veto, foi, também, desenvolvida pelas mesmas individualmente. No que se refere aos EUA, Edward Stettinius Jr., seu Secretário de Estado à época da constituição da ONU, traçou o caminho a ser percorrido para que os postos dentro da organização fossem preenchidos, majoritariamente, por representantes estadunidenses, de modo a exercer controle de forma abrangente. Não somente no âmbito da estrutura da organização, o controle se expandiu às agências especializadas vinculadas à

ONU que, devido ao aparelhamento idealizado e colocado em prática pelas superpotências, foram ordenadas a agir em consonância com o que melhor serviria aos interesses políticos e econômicos desses membros permanentes. O veto, nesse meio, serviria como uma “política de gato e rato em uma selva onde os cinco grandes seriam os leões, e o resto, as possíveis peças para se caçar” (FRATTINI, 2009, p. 45-46).

Diante das negociações que moldaram o Conselho e os resultados alcançados a partir delas, indícios de como viria a ser sua atuação já se enunciavam. Um deles traduz-se nas tentativas constantes das potências em permanecerem nesse *status* (de grandes potências), utilizando, para tanto, a prerrogativa do veto como instrumento viabilizador desse objetivo (SARDENBERG, 2010, p. 47).

Naturalmente, não demorou para que discussões acerca da necessidade de uma reforma do Conselho se instalassem entre os Estados-membros, versando, principalmente, sobre três tópicos considerados estratégicos para que o órgão aumentasse sua credibilidade e legitimidade, dentre os quais dois merecem destaque: a) o número limitado do seu quadro de membros (permanentes e não permanentes); e a prerrogativa do poder de veto do núcleo do P5. Em se tratando do primeiro tópico apresentado, conforme visto no item “2.3” acerca do CSNU, uma alteração substancial foi obtida através da Resolução nº 1991 (1963), com a ampliação de representatividade de Estados-membros nos assentos rotativos. Sendo assim, em relação ao segundo, algumas foram as tentativas em restringir a extensão do veto, sendo que a única que obteve êxito em ser levada a voto para decisão foi o projeto de representantes da Austrália, que buscaram a exclusão do veto para os assuntos que envolvessem resoluções pacíficas de controvérsias – o qual não alcançou o apoio necessário (LOWE et al., 2008, p. 32-34).

Mesmo com as tentativas de proposições de reforma do CSNU sendo constantemente rejeitadas, o tópico ainda permaneceu presente nas sessões oficiais da ONU. Falas como as de Elaraby (representante do Egito) e de Francis Sengwe (representante do Zimbábue) à época do 49º encontro da AGNU (1994), que tratou sobre a “questão de representação equitativa e o aumento de membros do Conselho de Segurança e assuntos relacionados”, ressaltaram contradições no discurso de manutenção do poder de veto pelas potências por ele contempladas.

Para o Ministro das Relações Exteriores do Egito, o veto representava um confronto frontal a um dos princípios basilares da Carta de São Francisco: o da igualdade soberana entre os países-membros, sendo a defesa de sua utilização irrestrita um flagrante desrespeito à segurança coletiva e internacional; Sengwe, por sua vez, endossou o argumento, atribuindo a visão do seu próprio país acerca do tema (PAUL, 1995, on-line):

Assim, qualquer reforma do Conselho de Segurança deve começar sob a premissa de que a ética democrática que agora é causa de celebração dentro de nossas fronteiras nacionais deve encontrar respaldo a nível internacional também. A esse respeito, a noção de filiação permanente absoluta ao Conselho de Segurança e o veto desses membros devem agora ser consideradas relíquias de uma época passada e, portanto, devem ser abolidas. Não é uma grande ironia que aqueles que resistem insistentemente à democratização das relações entre as nações são também os que mais propagam a ideia de governança democrática nas nações?²⁷

Nesse ínterim, mesmo após a alteração conquistada por ocasião da adoção da Resolução nº 1991, o impacto no processo decisório do Conselho não foi de grande proporção, uma vez que continuou retratando “os conflitos e a configuração de poder” existentes ao fim da II Guerra Mundial. O consenso e a união de esforços observada pelas grandes potências durante as conferências que deram origem à ONU, contudo, logo deram lugar a uma crescente bipolaridade entre os EUA – uma potência com objetivos de expansão capitalista – e a então URSS – com objetivos de expansão comunista –, dois principais membros do P5, que marcou o período subsequente à sua criação com o que se conhece como sendo o advento da Guerra Fria (1946-1990).

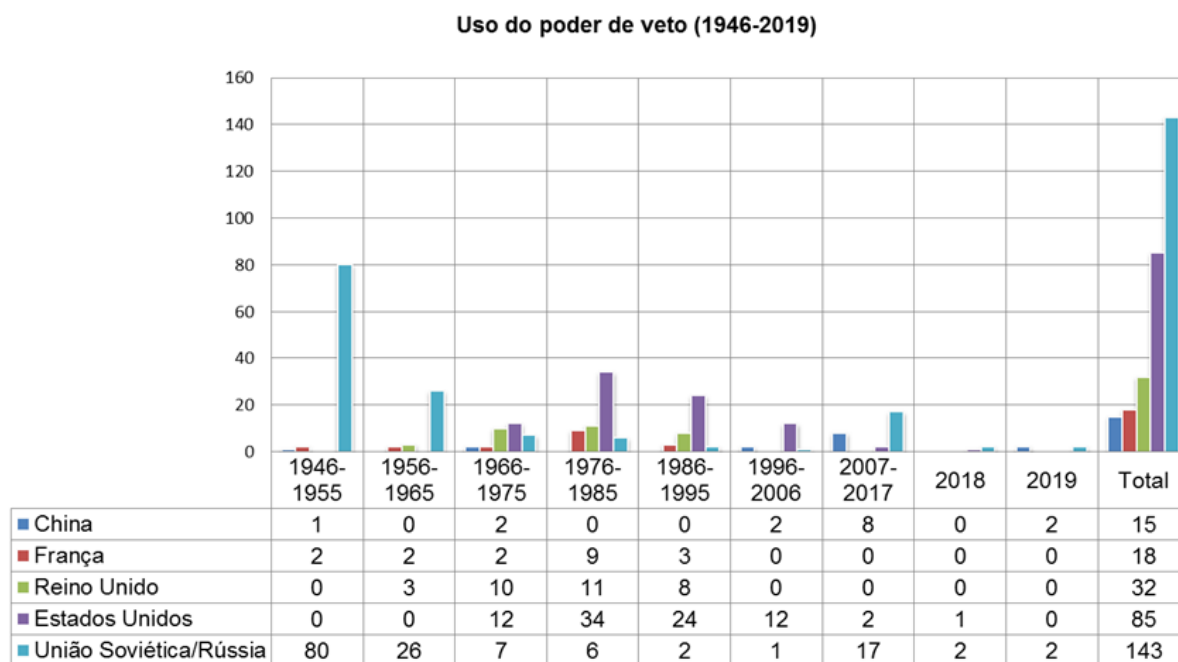
Os reflexos dessa bipolaridade no âmbito do CSNU podem ser observados na utilização do poder de veto pelas potências envolvidas, conforme ilustrado pelo gráfico trazido por Pereira e Pereira (2017, p. 101-103), com dados compilados pela “*Global Forum Policy*”²⁸ entre 1946-2012 e atualizados pela pesquisadora até 2019, por meio da consulta, na livreria digital da ONU e, mais especificamente, na seção de “vetos”, a fim de apurar se alguma resolução havia

²⁷ Ver “United Nations, General Assembly “Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council and related matters”, **A/49/PV.32** (14 october 1994), disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/169006?ln=en>>. Acesso em 20 out., 2019.”.

²⁸ Ver “FORUM, Global Policy. **Changing Patterns in the Use of the Veto in the Security Council**. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/102-tables-and-charts/32810-changing-patterns-in-the-use-of-the-veto-in-the-security-council.html>>. Acesso em: 19 out. 2019.”.

sido vetada entre 2013-2019, para complementação dos dados, gerando-se o quadro a seguir a partir da conclusão da pesquisa:

Figura 1 - Uso do poder de veto no CSNU



Fonte: Elaboração própria com base em United Nations (2019).

No gráfico acima elaborado denota-se que, durante o período compreendido entre 1946 e 2019, o veto foi utilizado pelos membros do CSNU em um total de 293 ocasiões, com uma evidente frequência nos anos imediatamente seguintes à sua criação, compreendendo, da mesma forma, o início do conflito indireto entre as superpotências (EUA e URSS) (PEREIRA; PEREIRA, 2017, p. 102-103).

Ainda sobre os reflexos do conflito na organização, Garcia (2013, p. 73 e 82) analisa que as divergências políticas, econômicas e ideológicas entre os Estados-membros em questão levaram à influência direta dos mesmos em dois dos principais órgãos da ONU: na AGNU, pelos Estados Unidos, que buscou influir no bloco ocidental de modo a obter votos suficientes para ver aprovadas as resoluções de seu interesse; e no próprio Conselho, pela URSS, que, também motivada por seus interesses, fez uso do poder de veto para balizar resoluções que prejudicavam o alcance deles. De acordo com o autor, “de 1946 a 1965, a

delegação soviética usou o veto mais de 100 vezes (mas não foi a única a fazê-lo)”, vindo a gerar certa insatisfação aos demais Estados integrantes do Conselho, uma vez que, ao passo que não detinham o mesmo poder de atuação, também percebiam um órgão, muitas vezes, paralisado sob o uso recorrente do veto.

Em decorrência dessas disputas e práticas, a seletividade na atuação do Conselho ficou clara: apesar de operar em casos de ameaça e ruptura da paz, nem toda ameaça e/ou ruptura chegava à mesa de debates dos membros. A referida “inércia”, por parte do CSNU, iria marcar sua trajetória, conforme se verifica nas palavras de Lowe et al. (2008, p. 50, tradução livre):

Esse tem sido um tema persistente ao longo da história do Conselho. Sua relevância no enfrentamento de crises internacionais é posta em causa pelo fato de ter havido inúmeras ocasiões em que foi incapaz de tomar decisões sobre guerras e ameaças de guerra específicas, seja por falta de interesse das grandes potências, resistência dos envolvidos em conflito, ameaça ou uso do veto. A inatividade do Conselho ou das forças que operam sob ele tem sido notável não apenas em crises relacionadas à Guerra Fria, mas também em relação a eventos como a Guerra Irã-Iraque (1980-8) e os assassinatos em massa em Ruanda (1994)²⁹.

Precisamente por ter o recurso sistemático do veto, ao longo da Guerra Fria, estagnado a atuação do Conselho, que os casos mais urgentes de violação da segurança coletiva no âmbito internacional e demais assuntos concernentes à prevenção de conflitos tiveram que ser discutidos – e os planos para solucioná-los, executados – fora da estrutura da ONU (SATO, 2003, p.162).

Para que esse “congelamento” fosse driblado e medidas envolvendo conflitos fossem tomadas, a diplomacia bilateral teve de ser novamente exercida pelas potências, em especial, pelos EUA, que também buscava expandir seu âmbito de influência ideológica (NASCIMENTO, 2009, p. 85-86). Como exemplo, pode-se citar o caso acerca da ocupação indevida dos territórios israelenses e a situação na África do Sul durante o regime do apartheid, ambos tendo os EUA como um dos principais países a se engajar a favor das negociações para uma solução dos confrontos (LOWE et al., 2008, p. 19).

²⁹ No original: “This has been a persistent theme throughout the Council’s history. Its relevance in addressing international crises is called into question by the fact that there have been numerous occasions on which it has been unable to reach decisions about particular wars and threats of war, whether because of lack of interest of major powers, resistance of those involved in a conflict, or a threat or use of the veto. The inaction of the Council or of forces operating under it has been notable not only in crises connected to the Cold War, but also in relation to such events as the Iran-Iraq War (1980–8) and the mass killings in Rwanda (1994).”.

Cabe ressaltar que, de acordo com os dados apresentados pela “*Global Policy Forum*” na tabela anterior, dos vetos aplicados entre o período avaliado (1946-2012), uma quantidade relativamente pequena – quando comparada ao número total –, foi destinada à situações de segurança internacional de extrema urgência. Dentre as 269 ocasiões em que o veto foi acionado, pelo menos 59 delas ocorreram para que um membro do P5 bloqueasse o ingresso de um novo Estado ao quadro da ONU e depreende-se que, para esse fim, a então URSS foi responsável por vetar 51 (cinquenta e uma) admissões; os EUA, 6 (seis); e a China, 2 (duas)³⁰.

Apesar da constatação acima, registros oficiais também denunciam momentos em que essa prerrogativa foi utilizada como instrumento para um fim (particular), como ocorre com a “*Open Letter to Members of the UN Security Council*” e a ata de reunião “*S/PV.4563*”. No primeiro, redigido por William R. Pace, em 25 de junho de 2002, em nome da “*Coalition for the International Criminal Court*”³¹, chama-se a atenção dos demais membros do CSNU à manobra articulada pelos EUA, perante o próprio Conselho, para que fossem aprovadas 2 propostas de resoluções. Nelas, previa-se a escusa de nacionais estadunidenses, participantes de missões de manutenção da paz na Bósnia, de serem julgados pelo TPI caso se confirmassem suspeitas sobre a ocorrência de algum dos crimes sob a jurisdição do Tribunal, razão pela qual Pace alegou e solicitou a recusa de referidas propostas ante o evidente enfraquecimento que isso representaria à ONU e a qualquer outro tribunal de jurisdição internacional que viesse a ser criado.

No segundo registro, a resposta imediata dos EUA diante do pedido não atendido: a utilização do veto, como represália, para impedir a renovação da operação de paz na Bósnia, sob o pretexto de que os envolvidos seriam melhor julgados sob a jurisdição doméstica do seu Estado e que, portanto, não poderiam

³⁰ Ver “FORUM, Global Policy. **Subjects of UN Security Council Vetoes**. 2019. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/102-tables-and-charts/40069-subjects-of-un-security-council-vetoes.html?tmpl=component&print=1&page=0>>. Acesso em: 19 out. 2019.”.

³¹ É uma rede global de sociedade civil organizada que liderou, em 1995, uma campanha para que um Tribunal Penal Internacional fosse estabelecido, a fim de que crimes de guerra, contra a humanidade e de genocídio fossem punidos, culminando na criação, em 2002, do atual TPI.

aceitar a continuidade da operação com a contribuição de seus nacionais, até que a questão acerca do TPI fosse resolvida³².

O fim da guerra fria, conforme os números levantados até aqui e conforme a observação de Nahory (2004, on-line), trouxe consigo uma aparente diminuição, pelo P5, no uso da sua prerrogativa. Entretanto, o que não se pôde contabilizar, nesse cálculo, foram as vezes em que, muito embora não tenha sido expressamente invocado, a mera ameaça de imposição do veto, pelos membros permanentes, resultou na aprovação ou não de uma resolução – a depender do objetivo das potências acerca da matéria tratada.

Geralmente o “*veto oculto*”³³ – como é denominada a prática de intimidação dos membros do Conselho, pelo P5, a fim de que determinados assuntos não sejam colocados em pauta para discussão – é empregado fora do ambiente oficial de reuniões, onde os encontros são gravados e divulgados, dificultando-se, evidentemente, a apuração real das vezes em que o veto, que deveria ser utilizado como “última instância”, foi acionado, assim como a extensão da influência dos membros no estado de coisas perante a comunidade internacional. Sobre o assunto, Garcia (2013, p. 83-84) assinala:

Alguns temas particulares, que ferem interesses mais diretos dos P5, são tratados como tabu e sequer sua menção é estimulada. Ainda hoje, apesar da aparente diminuição no número de ocasiões em que o veto é realmente utilizado, o instrumento continua a ser um dado essencial na dinâmica do Conselho. A mera possibilidade do veto influencia toda a negociação, sobretudo quando as deliberações são privadas, longe do escrutínio da opinião pública. Vetos “escondidos” não são contabilizados e é extremamente difícil saber quantos existiram ou quais situações foram influenciadas por esse fator.

Este padrão de conduta envolvendo o poder de veto revela, nas palavras de Zolo (2007, p. 79-80), uma visível necessidade de mudança na estrutura da ONU, proporcionando-se uma organização mais universal que seja conduzida por uma “ética universal” e não – como ocorre atualmente – pelos interesses de uma minoria que reflete o *status* de padrão de poder estabelecido na primeira metade do século XX e que não mais retrata a ordem mundial tal como é. Por conta disso, a legitimidade da organização, desde sua criação, vem sendo

³² Ver “United Nations, Security Council “The situation in Bosnia and Herzegovina”, **S/PV.4563** (30 June 2002), disponível em: <<https://undocs.org/en/S/PV.4563>>. Acesso em: 21 out. 2019.”.

³³ No original: “hidden veto”.

constantemente questionada devido à atuação partidária e discriminatória deflagrada por meio da aplicação do poder de veto pelos membros permanentes.

A seguir, essa atuação particular do CSNU será observada, concretamente, em casos de conflitos armados que, devido aos crimes cometidos, foram – e, alguns ainda são – objeto de incontáveis reuniões dos Estados-membros, assim como de ingerência direta nos países onde a ruptura da paz foi configurada.

4.2 A MANUTENÇÃO DA PAZ NA PRÁTICA: CASOS CONCRETOS

a) Ruanda e a inércia do Conselho de Segurança em relação à defesa dos direitos humanos

Desde a assinatura da Carta de São Francisco, em 1945, e a consequente criação das Nações Unidas – apesar de se consagrar como um modelo exitoso de organização internacional, superando certos erros que levaram à extinção de sua predecessora, a Liga das Nações –, a ONU já compreende, em seu histórico de atuação, diversas denúncias de negligência diante de cenários conflituosos que demandavam a convergência de esforços de seus membros para sua elucidação. O caso de Ruanda é um deles.

O relato do genocídio deflagrado em Ruanda, sucedido no período final do século XX, mais precisamente, durante a década de 1990, e comandado por milícias hutus contra a população de etnia tutsi, inicia-se com uma trágica constatação: poderia ter sido evitado. De acordo com Frattini (2009, p. 221-224), os primeiros efeitos da Guerra Civil iniciada em Ruanda por volta de 1990, devido à invasão do grupo rebelde denominado Frente Patriótica Ruandesa (FPR), formado por exilados tutsis que desejavam retornar à Ruanda – e, para além disso, governá-la –, já haviam sido notificados, pouco tempo após o início do conflito, por organizações de direitos humanos, as quais apontavam uma eliminação, em massa, da população tutsi desde o seu retorno. As denúncias vieram a chamar a atenção da ONU, contudo, somente em 1992, por meio de relatos das atrocidades que, continuamente, vinham sendo perpetradas sob o aval

do então presidente hutu Juvenal Habyarimana, documentados pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Apesar de ter ciência acerca da situação ruandesa desde 1992, a ONU passou a atuar sobre o caso apenas no ano seguinte, em 1993, quando preparou e enviou uma missão para viabilizar o cessar-fogo entre as etnias tutsi e hutu, a qual denominou-se Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR)³⁴, aprovada por meio da Resolução nº 872 (1993)³⁵. Entre os objetivos estabelecidos para a missão figurava a implementação dos Acordos de Arusha, alcançados devido à pressão exercida pelos Estados-membros para que as partes envolvidas se empenhassem em um diálogo a fim de que se firmasse um acordo satisfatório a ambas as etnias, com participação tutsi em cargos no governo, dividindo-se, assim, a representatividade no poder. A liderança de condução da UNAMIR foi designada ao general Roméo Dallaire, com o apoio inicial de 2.548 soldados intitulados “capacetes-azuis” que, além de buscar ajudar a implementar um governo ruandês de união nacional, também pretendia repelir, com o uso da força, eventual cometimento de crimes contra a humanidade naquele território, embora a missão fosse fundamentada sob a Solução Pacífica de Controvérsias (Capítulo VI da Carta da ONU), visto a instabilidade constatada entre os grupos étnicos ao chegarem em Ruanda, sendo improvável uma trégua duradoura (PAULA, 2011, p. 34; 45).

Os acontecimentos que se sucederam após a chegada da operação de paz em Ruanda logo demonstraram ser indicativos de que o número de soldados para manter a integridade da população, em caso de retomada da guerra civil, era muito maior do que aquele efetivamente enviado para executar a missão, o que veio a ser confirmado por ocasião do assassinato do presidente hutu Habyarimana, que teve seu avião abatido em pleno voo na noite de 06 de Abril de 1994. Um dia antes, o CSNU, reunido com a convicção de que o processo de paz em Ruanda caminhava a passos lentos, aprovou a Resolução nº 909 (1994)³⁶, que estendia o mandato da UNAMIR até Julho de 1994.

³⁴ No original: “United Nations Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR)”.

³⁵ Ver “United Nations, Security Council. **S/RES/872 (1993)**. Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/872\(1993\)](https://undocs.org/S/RES/872(1993))>. Acesso em: 10 nov. 2019.”.

³⁶ Ver “United Nations, Security Council. **S/RES/909 (1994)**. Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/909\(1994\)](https://undocs.org/S/RES/909(1994))>. Acesso em: 10 nov. 2019.”.

Diante da situação explicitada acima, algumas estratégias foram tomadas por Dallaire para garantir a segurança de figuras políticas importantes, publicamente simpatizantes aos tutsis, considerados “hutus moderados”, e os quais – conforme comunicado à Dallaire por um informante hutu de dentro do governo – constavam em uma lista que vinha sendo “nutrida” com nomes que deveriam ser eliminados. Com os mantimentos cada vez mais escassos, o crescimento da violência e a morte de pelo menos 10 capacetes-azuis em um episódio de tentativa de proteção da primeira-ministra Agathe Uwilingiyimana – sucessora legal à presidência e, por isso, alvo de destruição pela milícia hutu –, que resultou no assassinato de todos, Dallaire viu parte de seu – já pequeno – contingente ser, relutantemente, designado para a evacuação de cidadãos estrangeiros, sendo, inclusive, aconselhado a quebrar sua imparcialidade se necessário fosse³⁷ (BARNETT, 2002, p. 97-100).

De acordo com Roberts (2008, p. 108-109), o foco das autoridades do Departamento de Operações de Manutenção de Paz (DPKO)³⁸, principalmente na figura de Iqbal Riza e Kofi Annan – Chefe de Gabinete do Secretário-Geral e Secretário-Geral da ONU, à época, respectivamente –, em relação ao que ocorria em Ruanda, baseou-se na retirada desses estrangeiros o mais rápido possível do território ruandês, priorizando-os em detrimento das vítimas-alvo da milícia hutu: tutsis e hutus moderados, ignorando a demanda de Dallaire por mais soldados que seriam capazes de refreá-la, evitando-se, assim, o massacre em curso. O que se solicitava era apenas o cumprimento do princípio sob o qual se consolidou o propósito das Nações Unidas, previsto em sua Carta fundadora: o de repelir atos de agressão – e o qual foi terminantemente ignorado, na prática, pelos membros do CSNU –. Essa falha em responder com medidas hábeis a prevenir o genocídio que ocorreria foi denunciada por Dallaire após o término da execução da UNAMIR e, conseqüentemente, da guerra civil em Ruanda:

[...] a UNAMIR poderia ter salvo a vida de centenas de milhares de pessoas. Como evidência, com os 450 homens sob meu comando durante esse período, salvamos e protegemos diretamente mais de 25.000 pessoas e movemos dezenas de milhares entre as linhas de contato. O que uma força de 5.000 funcionários poderia ter impedido? Talvez a resposta mais óbvia seja que eles teriam evitado os massacres

³⁷ Ver “United Nations, Security Council. **S/1999/1257**. Report of the Independent Inquiry. Disponível em: <<https://undocs.org/S/1999/1257>>. Acesso em 10 nov. 2019.”.

³⁸ No original: “Department of Peacekeeping Operations (DPKO)”.

nas partes sul e oeste do país porque só começaram os trabalhos a partir do início de maio, quase um mês após o início da guerra³⁹⁴⁰ (ROBERTS, 2008, p. 108).

Enquanto o conflito se expandia, em Nova Iorque, o CSNU deliberava sobre o rumo que a UNAMIR tomaria, debatendo-se sobre a permanência ou não dos capacetes-azuis sob o comando de Dallaire em território ruandês, ante a escalada vertiginosa de violência desde o assassinato do presidente Habyarimana. Entre os Estados-membros a favor da retirada das tropas da ONU, encontravam-se os EUA e o Reino Unido, que expressamente argumentaram contra a continuidade da missão, ao passo que, na abstenção de posicionamento no debate, o restante dos membros permanentes endossaram a narrativa estadunidense e britânica. O que restou evidente, diante do histórico da política tanto doméstica quanto externa dos EUA, é que a decisão da retirada das tropas enviadas junto à UNAMIR contribuiria com o “bolso” estadunidense, que não mais teria de contribuir financeiramente com uma situação que não estava incluída na agenda de assuntos considerados relevantes ao seu governo. Claramente, o genocídio em Ruanda não constava na lista, ainda que preenchesse os critérios⁴¹ estabelecido entre o CSNU para decidir quando uma missão de paz deveria ser aprovada ou mantida em determinado território (BARNETT, 2002, p. 99-102).

Não obstante o (des)interesse do Conselho, tendo transcorrido alguns meses desde o início do conflito – de fato, próximo ao seu fim –, foi aprovada, em junho de 1994, a Resolução nº 929 (1994), autorizando o envio de forças francesas ao território ruandês sob a justificativa de intervenção humanitária, que levou o nome de “Operação Turquesa”⁴². O que a história acabou mostrando, tanto ao povo ruandês quanto à comunidade internacional, foi que mesmo quando

³⁹ No original: “[...] UNAMIR could have saved the lives of hundreds of thousands of people. As evidence, with the 450 men under my command during this interim, we saved and directly protected over 25,000 people and moved tens of thousands between the contact lines. What could a force of 5,000 personnel have prevented? Perhaps the most obvious answer is that they would have prevented the massacres in the southern and western parts of the country because they didn’t start until early May nearly a month after the war had started.”.

⁴⁰ Ver “UNITED NATIONS, Security Council. **S/RES/918 (1994)**. Disponível em: <[https://undocs.org/S/RES/918\(1994\)](https://undocs.org/S/RES/918(1994))>. Acesso em 10 nov. 2019.”.

⁴¹ Dentre os critérios adotados como norteadores das ações do CSNU em caso de suspeita de ameaça ou ruptura da paz, encontram-se os seguintes: “there must be a genuine threat to peace and security; there must be a cease-fire and the parties themselves must be committed to a peace process; a precise mandate must be formulated; there must be sufficient political will on the part of the international community; and the safety of UN personnel must be reasonably assure. (BARNETT, 2002, p. 101)”.

⁴² No original: “Opération Turquoise”.

decidiu cumprir com seu papel, o CSNU falhou; os soldados franceses enviados para cumprir com a “intervenção humanitária” e, assim, ajudar a reprimir o genocídio de Tutsis em Ruanda, possuindo histórico como antigos aliados do presidente assassinado Habyarimana, trabalharam, sim, mas não ao lado daqueles que foram proteger⁴³ (PAULA, 2011, p. 41).

Entre invasão, repressão, tentativa de conciliação entre as etnias e assassinatos em massa, a guerra civil em Ruanda durou 4 anos, chegando ao fim em 18 de julho de 1994, com o avanço das forças tutsis em Kigali, anteriormente tomada pela milícia hutu, com um saldo final, estima-se, de mais de 800.000 (oitocentos mil) corpos de civis ruandeses, dentre eles, homens, mulheres e crianças.

Após o massacre, as imagens do que sobrou do conflito passaram a circular nos veículos de mídia internacionais e, conseqüentemente, questionamentos começaram a ser dirigidos à organização que, em tese, deveria assegurar a paz e segurança, fazendo com que as autoridades envolvidas no caso se manifestassem publicamente. Iqbal Riza, em sua defesa, alegou que o objetivo pretendido com a UNAMIR era tão somente o de ajudar na implementação dos acordos firmados pelos próprios ruandeses em conflito, para que chegassem à uma transação da composição do governo à época, e nada a mais. Já Kofi Annan, por sua vez, recorreu ao argumento de que, quando do recebimento do contato de Dallaire, no início de 1994, avisando acerca da informação que havia recebido de um político de dentro do governo, de que estavam coletando todos os nomes de civis tutsis e hutus moderados para futuro extermínio, solicitando permissão para agir e evitar a sua concretização e, em resposta, ter sido ordenado a permanecer imparcial, seguindo com os objetivos da UNAMIR, afirmou que a resposta havia sido decidida e enviada exclusivamente por Riza, sem tê-lo consultado previamente sobre (FRATTINI, 2009, p. 237-239).

Com as investigações que se seguiram logo após declarado o término da guerra, constatou-se um fato que levantou dúvidas em relação à possível influência que possa ter realizado no processo de tomada de decisões do CSNU durante o conflito armado: curiosamente, ao final de 1993, a AGNU se reuniu em

⁴³ Ver “DIPLOMATIQUE, Le Monde. **Ruanda**: O genocídio programado e a cegueira internacional. 2004. Elaborado por: Colette Braeckman. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/o-genocidio-programado-e-a-cegueira-internacional/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.”.

plenário para votar os próximos 5 membros não permanentes que atuariam no Conselho em 1994⁴⁴, tendo Ruanda recebido 153 dos votos, classificando-se para um mandato como membro rotativo. O fato não causaria qualquer estranheza, não fosse pela descoberta de que o representante eleito, o Sr. Jean-Damascène Bizimana, pertencia à etnia hutu, que comandava Ruanda durante o período da guerra civil, causando controvérsias sobre sua ocupação no assento de membro não permanente durante as discussões do CSNU, onde se discutia acerca do rumo do conflito ruandês e as estratégias de atuação da UNAMIR (PAULA, 2011, p. 39-40).

Figura 2 - Eleição dos 5 membros não permanentes (mandato de 1994)

The PRESIDENT: The result of the voting for the election of five non-permanent members of the Security Council is as follows:

Group A - African and Asian States

Number of ballot papers:	176
Number of invalid ballots:	0
Number of valid ballots:	176
Abstentions:	0
Number of Members voting:	176
Required two-thirds majority:	118
Number of votes obtained:	
Oman	174
Rwanda	153
Nigeria	99
Guinea-Bissau	82
Burundi	2

Having obtained the required two-thirds majority, the following States were elected non-permanent members of the Security Council for a two-year period beginning 1 January 1994: Argentina, Oman and Rwanda.

Fonte: United Nations (1993, p. 7).

Além da inércia do CSNU, diante do declarado posicionamento estadunidense e britânico (com apoio velado do restante do P5) em encerrar a missão da UNAMIR enviada à Ruanda – mesmo ante os relatórios gerados por ONG's, relatando o crescimento do número de mortes, e da confirmação da situação de instabilidade entre tutsis e hutus na chegada da tropa comandada por Dallaire no país –, e do evidente descaso das autoridades de alto comando da

⁴⁴ Ver "UNITED NATIONS, General Assembly, 48a. sess., 43rd plen. mtg., U.N. Doc **A/48/PV.43** (oct. 29, 1993). Disponível em: <<https://undocs.org/A/48/PV.43>>. Acesso em 10 nov. 2019."

ONU, outro fator que pesou no triste resultado do conflito. Dallaire (2004, p. 194-195) relata que, estranhamente, as ações da UNAMIR pareciam ser previstas e antecipadas pela milícia hutu, o que, após a posse de Bizimana como membro do CSNU, esclareceu, para ele, de onde vinham tais informações:

Toda essa informação estava obviamente sendo devolvida à entidade clandestina que parecia estar dirigindo o show em Ruanda. Reclamei com Maurice sobre essa situação no telefonema após uma chamada telefônica; ele me disse que sim, todo mundo sabia que era um problema, mas que seria impossível removê-lo. Lá estava eu, com minha pequena equipe de oficiais de inteligência, que arriscavam suas vidas por migalhas de informações, enquanto os extremistas tinham um canal direto para o tipo de inteligência estratégica que lhes permitia ocultar cada movimento meu⁴⁵.

Dito isso, ressalta-se que não há condenação ao diplomata ruandês por ter participado direta ou indiretamente no massacre em Ruanda, passando ou não informações à milícia hutu; o que se busca, aqui, é demonstrar as diferentes perspectivas e possíveis influências que resultaram no que se conhece pelo genocídio de Ruanda. Ademais, cabe afirmar que embora a ONU e, mais precisamente, o CSNU, tenham assumido a função de manutenção da paz e segurança internacionais, certamente não se presume que os povos estarão livres, a partir disso, de todo e qualquer conflito que possa surgir. Contudo, faz-se necessário analisar os fatos quando uma guerra de tal magnitude e proporção se sucede, para que os erros – caso sejam erros, e não ações pensadas – sejam corrigidos.

b) O efeito do conflito de interesses sob a Síria

A guerra civil Síria, desencadeada no início de 2011, mediante a influência de uma onda de protestos por mais democracia ocorrida pelo Oriente Médio – aos quais se denominou Primavera Árabe –, ainda em curso, figura como uma das maiores tragédias da história recente em relação ao número de mortes que, continuamente, vem contabilizando, bem como quanto ao de migração

⁴⁵ No original: “All this information was obviously being fed back to the shrauded entity that seemed to be running the show in Rwanda. I remonstrated with Maurice about this situation in phone call after phone call; he told me that, yes, everybody knew it was a prablem, but it would be impossible to remove him. There I was with my small team of intelligence officers who were risking their lives for crumbs of information while the extremists had a direct pipeline to the kind of strategic intelligence that allowed them to shadow my every move.”.

forçada da população síria em razão do conflito. As manifestações, embora legítimas, receberam como resposta uma forte repressão pelo governo do ditador Bashar Al-Assad, à frente do governo sírio desde 2000, recorrendo ao uso de violência para conter a expressão dos civis por maior envolvimento do povo nas decisões tomadas pelo governo (GARCIA, 2013, 110-111).

Os protestos, devido à resposta violenta do governo, logo deram lugar a confrontos entre militares armados e oposição, envolvendo e atingindo civis durante essa troca de hostilidades, o que ficou registrado na fala do Subsecretário Geral das Nações Unidas, Lynn Pascoe, na reunião do Conselho de Segurança de nº 6524, por meio da ata S/PV.6524⁴⁶ (ZIFCAK, 2012, p. 74):

[...] fontes confiáveis regularmente relatam o uso de disparos de artilharia contra civis desarmados, campanhas de detenção porta a porta, disparos em equipes médicas que tentam ajudar os feridos, ataques a hospitais, clínicas e mesquitas e a destruição intencional de suprimentos médicos e prisões de apoio médico⁴⁷.

A preocupação, entre os membros do CSNU, aumentava à medida em que se evidenciava um crescimento incontrolável da brutalidade no país, sem distinção, pelas forças sírias, de opositores e civis: na guerra, todos são inimigos em potencial, e todos são tratados como assim o fossem.

Nesse sentido, o crescimento da brutalidade passou a ser perceptível, contudo, desde o início das discussões acerca do próximo passo a ser seguido para que se alcançasse uma solução que viabilizasse o cessar-fogo, foram as diferentes reações dos Estados-membros às medidas proposta: de um lado, países ocidentais como os EUA e Reino Unido uniram-se para condenar as agressões amplamente cometidas pelo governo sírio, propondo intervenção imediata no conflito por meio de forças militares internacionais, com a devida punição dos agressores e a concessão dos anseios populares por um regime de governo mais democrático; e, de outro, países como Rússia e China, que compartilhavam do mesmo discurso de defesa do princípio de não intervenção previsto na Carta das Nações Unidas e acreditavam que soluções pacíficas

⁴⁶ Ver: "UNITED NATIONS, Security Council "The situation in the Middle East", **S/PV.6524** (27 december 2011), disponível em: <<https://undocs.org/en/S/PV.6524>>".

⁴⁷ No original: "[...] reliable sources are consistently reporting the use of artillery fire against unarmed civilians, door-to-door arrest campaigns, the shooting of medical personnel who attempt to aid the wounded, raids against hospitals, clinics and mosques and the purposeful destruction of medical supplies and arrests of medical personnel."

deveriam ser adotadas, pois, do contrário, a interferência externa poderia mais prejudicar a situação do que contribuir (ZIFCAK, 2012, p.75-78).

O conflito sírio, portanto, conforme Corrêa (2013, p. 48-50) é um exemplo inconfundível de que a atuação do CSNU, dentro do sistema internacional, fica prejudicada quando fatores particulares dos Estados-membros são envolvidos no processo de encontro de soluções para o restabelecimento da paz nos casos em que tenha sido verificada a sua ruptura.

Objetivamente, em relação à guerra síria, de 2011 até o momento (2019), há registro de diversas reuniões pautadas sob a agenda da situação no Oriente Médio e, mais especificamente, na Síria, assim como inúmeras propostas de resoluções e o recurso do veto para que não fossem aprovadas. O veto, nesse caso em particular, tem sido comumente utilizado pela dupla que já se opunha à intervenção direta no país (Rússia e China), culminando em uma tensão que passou a transparecer cada vez mais e mais durante os encontros oficiais dos membros do Conselho.

Dada a continuidade do conflito, pode-se sintetizar em três as razões que permitiram que a situação na Síria tenha se prolongado por tanto tempo: (1) a incapacidade de se chegar a um consenso entre os membros do Conselho, devido ao choque de interesses políticos e econômicos, para que resoluções sejam editadas e providências sejam executadas; (2) comprovado patrocínio, tanto russo quanto estadunidense, de artilharia ao governo sírio e aos rebeldes opositores, respectivamente; e (3) evidentemente, o uso e a ameaça do veto para bloquear atuação externa no conflito.

Kofi Annan, secretário-geral da ONU durante o período de 1997-2007 e Enviado Especial das Nações Unidas para a Síria, foi convidado, em 2012, a coordenar as negociações no território em busca de uma solução para a crise, assim como o fim das violações de direitos humanos perpetradas. Logo que assumiu, contudo, Annan percebeu que as divergências entre os Estados-membros gerava uma polarização que dificultava, em muito, a chegada de um acordo entre o Conselho, o governo sírio e a oposição. Esse foi o seu posicionamento em uma conferência de imprensa realizada em Agosto de 2012⁴⁸ (CORRÊA, 2013, p. 50):

⁴⁸ Ver "GENERAL, United Nations Secretary. **Note to correspondents - transcript of a press conference by Kofi Annan, Joint Special Envoy for Syria.** 2012. Disponível em:

A crescente militarização no local e a clara falta de unidade no Conselho de Segurança mudaram fundamentalmente as circunstâncias para o exercício efetivo do meu papel. [...] No momento em que precisamos - quando o povo sírio precisa desesperadamente de ação - continuam existindo acusações e xingamentos no Conselho de Segurança. [...] Sem uma pressão internacional séria, significativa e unida, inclusive dos poderes regionais, é impossível para mim, ou para qualquer pessoa, obrigar o governo sírio em primeiro lugar, e também a oposição, a dar os passos necessários para se iniciar um processo político⁴⁹ (UNITED NATIONS, 2012).

Se o embate de interesses em torno da questão síria entre as potências detentoras do veto já era evidente um ano após o início do conflito, em 2012, por Kofi Annan, reuniões mais recentes entre os membros do CSNU demonstram que a passagem do tempo não contribuiu para uma unificação dos países.

Considerando-se o último ano – ainda em curso –, e analisando a tabela com a relação dos encontros oficiais, da agenda abordada e a transcrição das reuniões por meio das atas publicadas, disponibilizada pelo próprio sítio eletrônico das Nações Unidas⁵⁰, infere-se que das 46 reuniões pautadas sobre e encontradas sob o parâmetro de pesquisa *“The situation in the Middle East”* (A situação no Oriente Médio), ao analisar-se uma a uma detidamente, constatou-se que 18⁵¹ delas tratavam sobre o cenário na Síria, seus avanços e regressos, dentre os quais alguns merecem destaque.

A saber, a reunião de nº 8567 (2019), que deu origem à ata analisada (S/PV. 8567), discutiu a viabilidade de criação de um “comitê constitucional”, cuja formação consistiria em 150 membros: 50 indicados pelo governo sírio; 50 pelas Nações Unidas; e 50 pela oposição. Com isso, buscava-se um cessar-fogo e a abertura de um diálogo mediado com o intuito de se chegar a uma transição do regime autoritário vigente para um democrático, concretizando-se, por fim, as

<<https://www.un.org/sg/en/content/sg/note-correspondents/2012-08-02/note-correspondents-transcript-press-conference-kofi-annan>>. Acesso em: 02 nov. 2019.”.

⁴⁹ No original: “The increasing militarization on the ground and the clear lack of unity in the Security Council, have fundamentally changed the circumstances for the effective exercise of my role. [...] At a time when we need – when the Syrian people desperately need action - there continues to be finger-pointing and name-calling in the Security Council. [...] Without serious, purposeful and united international pressure, including from the powers of the region, it is impossible for me, or anyone, to compel the Syrian government in the first place, and also the opposition, to take the steps necessary to begin a political process.”.

⁵⁰ Ver “NATIONS, United. **Security Council Meetings in 2019**. 2019. Disponível em: <<http://research.un.org/en/docs/sc/quick/meetings/2019>>. Acesso em: 04 nov. 2019.”.

⁵¹ Ver “S/PV. 8449, S/PV. 8454, S/PV. 8466, S/PV. 8493, S/PV. 8495, S/PV. 8515, S/PV. 8517, S/PV. 8520, S/PV. 8527, S/PV. 8535, S/PV. 8553, S/PV. 8561, S/PV. 8583, S/PV. 8589, S/PV. 8593, S/PV. 8609, S/PV. 8622 E S/PV. 8623”.

determinações assumidas por ocasião da Resolução nº 2254 (2015)⁵², a qual trata exclusivamente dos meios a serem adotados para a obtenção de uma solução política para o conflito armado na Síria.

Ocorre que, durante a reunião, pode-se observar denúncias, entre os países membros a tratarem sobre o tema, de divergências de cunho político na tomada de decisões do P5, muitas vezes travestidas em missões de “trabalho humanitário” a serem enviadas ao território sírio. Essas divergências podem ser verificadas nos trechos das falas dos membros, como na fala do Sr. Cohen, representante dos EUA, durante o encontro:

Sucessivamente, Síria e Rússia têm oferecido garantias para defender o cessar-fogo, aderir a acordos conciliatórios e avançar no processo político. Contudo, essas garantias foram repetidamente quebradas e ignoradas. A falta de uma solução política continua colocando vidas de civis em risco. [...] Os Estados Unidos reconhecem que não há caminho adiante sem a cooperação da Rússia e do Regime de Al-Assad. Portanto, os Estados Unidos recorrem à Rússia para que reduza a intensidade de suas operações militares, pressione o regime para que faça o mesmo e se envolva com os Estados Unidos em um processo passo a passo para implementar a resolução 2254 (2015), que resultará na estabilização final de Idlib e Síria⁵³ (UNITED NATIONS, 2019, p. 4-5).

E nos comentários do representante da Síria, o Sr. Ja'afari, em resposta ao representante estadunidense, o Sr. Cohen:

O Conselho de Segurança não é uma instituição do setor privado de propriedade de algum Estado-Membro. Não é uma loja onde o proprietário seleciona sua clientela. O Conselho é responsável pela manutenção da paz e segurança internacionais - nada mais, nada menos. Não estamos aqui para personalizar ou politizar questões de acordo com nossos caprichos. É normal não entrar em acordo algumas vezes, mas a discordância deve ser expressa de acordo com as normas e, como dizem em inglês, nós seguimos as regras. Gostaria de lembrar ao meu querido amigo, o representante dos Estados Unidos da América, que nossa regra é a Carta das Nações Unidas e as disposições do direito internacional⁵⁴ (UNITED NATIONS, 2019, p. 17).

⁵² Ver “Security Council Resolution 2254 “Middle East (Syria)” **S/RES/2254** (2015) (18 december 2015), disponível em: <[<https://undocs.org/S/RES/2254\(2015\)>](https://undocs.org/S/RES/2254(2015))>.”.

⁵³ No original: “Time and again Syria and Russia have given assurances to uphold ceasefires, adhere to reconciliation agreements and advance the political process. However, those assurances have repeatedly been broken and disregarded. The lack of a political solution continues to put civilian lives at risk. [...] The United States recognizes that there is no path forward without the cooperation of Russia and the Al-Assad regime. Therefore, the United States calls upon Russia to de-escalate its military operations, press the regime to do the same and engage with the United States in a step-by-step process to implement resolution 2254 (2015) that will result in the final stabilization of Idlib and Syria writ large.”.

⁵⁴ No original: “The Security Council is not a private-sector entity owned by one Member State. It is not a store where the owner selects its clientele. The Council is responsible for the maintenance of

Na reunião de nº 8593 (2019)⁵⁵ do Conselho, as denúncias partiram, novamente, do governo sírio, agora em relação às ações do grupo composto pelos EUA, Reino Unido e França. A acusação síria baseia-se no dever firmado pelos países-membros, quando da ratificação da Carta das Nações Unidas, de juntar os esforços e meios necessários para se garantir uma paz duradoura no cenário internacional, respeitando-se e, conseqüentemente, promovendo-se a preservação dos direitos humanos, e o constante descumprimento observado, na prática, desses deveres pelos representantes estadunidenses, britânicos e franceses:

Durante séculos, esses governos se comportaram imoralmente. Eles distorceram objetivos humanitários nobres para suas próprias agendas. Eles manipularam os princípios e disposições do Direito Internacional Humanitário e da Carta das Nações Unidas para implementar uma agenda colonial permanente e hostil que legitima a interferência estrangeira e procura derrubar regimes legítimos pela força, desestabilizando os países que seguem linhas sectárias e religiosas. [...]. O Conselho deixou com que vetos e pretextos interferissem no que é certo e justo⁵⁶ (UNITED NATIONS, 2019, p. 19-21, sem grifo no original).

Por fim, o encontro do CSNU de nº 8609 (2019)⁵⁷ foi cenário de novas acusações envolvendo integrantes do P5, partindo, principalmente, da Rússia, que, em seu discurso, sinalizou para um nítido padrão estabelecido na forma como a situação na Síria é tratada pelos membros do Conselho. Alega que, na ânsia por uma intervenção direta e imediata em referido território, esses países deturpam os dados sobre a real situação humanitária entre os civis sírios, assim como sustentam esse discurso para pressionar uma aprovação, pelos Estados-membros, de resoluções que autorizem a atuação no conflito, alcançando-se, com isso, os interesses políticos e econômicos dos países pró-ingência:

international peace and security — nothing more, nothing less. We are not here to personalize or politicize issues according to our whims. It is normal not to agree sometimes, but disagreement has to be expressed according to norms, and, as they say in English, we go by the book. I would remind my dear friend, the representative of the United States of America, that our book is the Charter of the United Nations and the provisions of international law.”.

⁵⁵ Ver “S/PV. 8593”.

⁵⁶ No original: “For centuries those Governments have behaved immorally. They have distorted noble humanitarian goals for their own agendas. They have manipulated the principles and provisions of international humanitarian law and the Charter of the United Nations to implement an ongoing, hostile colonial agenda that legitimizes foreign interference and seeks to topple legitimate regimes by force, thereby destabilizing countries along sectarian and religious lines. [...]. The Council has let vetoes and excuses get in the way of what is right and just [...]”.

⁵⁷ Ver “S/PV. 8609”.

Nenhum de nós deve esquecer o fato de que esta situação não se deve às atividades do regime e seus aliados, como nossos colegas ocidentais costumam repetir diversas vezes, mas sim às atividades de terroristas que trabalham na área - que, a propósito, não podem reclamar de material ou ajuda militar insuficientes. [...] **Não devemos esquecer que, não fosse pelos terroristas que foram à Síria e tentaram, com o apoio de alguns de nossos colegas ocidentais, derrubar as autoridades sírias, a Síria não estaria enfrentando esses problemas terríveis** [...] ⁵⁸ (UNITED NATIONS, 2019, p. 19, sem grifo no original).

Quando observados mais detidamente os motivos adjacentes aos posicionamentos em relação ao conflito sírio, passa-se a compreendê-los de uma forma contextualizada. O evidente confronto Rússia-EUA tanto no âmbito da ONU quanto para além de sua estrutura pode ser compreendido quando os fatores geopolíticos são colocados em pauta. A saber, o posicionamento russo a favor da não ingerência do CSNU em território sírio coaduna-se com a política externa do próprio governo que, ao manifestar-se contra as tentativas de intervenção direta no conflito armado, fomenta sua aliança com o governo de Bashar Al-Assad, que retribui auxiliando a manutenção da forte influência russa no Oriente Médio, notadamente, ao contribuir com a obstrução da construção de gasodutos externos na região, de forma a manter sob o monopólio da Rússia o fornecimento de gás natural para a Europa (PICCOLILI; MACHADO; MONTEIRO, 2016, p. 193-195).

Contudo, o posicionamento estadunidense, de acordo com Arraes (2014, p. 36) citado por Guimarães e Carvalho (2017, p. 78), por sua vez, diverge do russo uma vez que não apoiam a manutenção do governo sírio no poder – pelo contrário, buscam a substituição do regime de Al-Assad por outro que esteja em consonância com os interesses ocidentais, de modo a assegurar e viabilizar a hegemonia militar americana no Oriente Médio.

A relação entre os Estados-membros pertencentes à cúpula do P5 é, historicamente, marcada pela dissidência, e o encargo assumido de zelar pela segurança coletiva em âmbito nacional muitas vezes, conforme demonstrado através das falas de representantes dos países nas reuniões acima citadas, resta prejudicado em decorrência desse embate. A ausência de unicidade, pelo menos

⁵⁸ No original: “None of us must forget the fact that this situation is not due to the activities of the regime and its allies, as our Western colleagues repeat over and over again, but rather the activities of terrorists working in the area — who, by the way, cannot complain about insufficient material or military support. [...]. We must not forget that, if it were not for the terrorists who went to Syria and tried, with the support of some of our Western colleagues, to overthrow the Syrian authorities, Syria would not be facing these terrible problems [...]”.

entre os membros do Conselho que possuem o poder de travar a adoção de medidas para casos em específico, notadamente, entre o grupo composto por EUA, Reino Unido e França e a dupla formada por Rússia e China, retrata a fragilidade sob a qual o Conselho de Segurança é constituído e a forma hierarquizada sob a qual atua perante o sistema internacional (GUIMARÃES; CARVALHO, 2017, p. 75-77).

4.3 AS TEORIAS CRÍTICAS APLICADAS À FUNÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

A perspectiva descolonial, apresentada ao final do primeiro capítulo e a qual permeou o presente trabalho durante os tópicos acima discutidos, dispõe de uma base teórica sob a qual se possa partir para, conforme Silva e Boff (2017, p. 83-84) “pensar os movimentos contra-hegemônicos e pós-coloniais, propondo uma superação do padrão histórico do poder moderno erigido pela Europa e pelos Estados Unidos”. Oferece, ainda, uma ressignificação da heterogeneidade das experiências intelectuais e políticas, que buscam resgatar seus próprios processos epistêmicos apagados durante um período da história onde o eurocentrismo figurava como um padrão de poder consolidado. Promove, assim, o diálogo entre essas vozes silenciadas para que possam, juntamente aos povos do Norte global, reorganizar certos formatos estabelecidos nessa época no campo das relações internacionais, como o próprio modelo em que a ONU foi concebida, de modo a promover novas realidades, sem negar qualquer episteme, mas, sim, agregando-as (CLÍMACO, 2014, p. 14-15).

A teoria crítica dos direitos humanos, juntamente das teorias críticas descoloniais já compreendidas, oportunizará essa discussão em relação, principalmente, à função do Conselho de Segurança. Para que se entenda, a partir disso, o papel exercido pelo órgão dentro do sistema internacional, recorrer-se-á às três visões sobre os direitos humanos apresentadas por Joaquín Herrera Flores. Duas destas visões, a saber, a visão *abstrata* e a visão *localista* são discutidas pelo autor, uma vez já protagonizarem uma polêmica no campo dos direitos humanos devido às suas racionalidades e práticas, ao passo que a

terceira, a visão complexa, é por ele efetivamente desenvolvida, sendo essa uma proposta de superação daquelas.

De acordo com Herrera Flores (2002, p. 13-15), a visão *abstrata* dos direitos humanos reproduz uma racionalidade jurídico/formal, com práticas universalistas, tendo em vista não partir de contextos específicos para o seu desenvolvimento, isto é, por preocupar-se em tentar encaixar, de forma coesa, um conjunto de regras de aplicações gerais a contextos diversos e plurais, resultando em uma narrativa reducionista da realidade. O aspecto reducionista é, também, empregado à visão *localista* pelo autor, que a classifica como possuindo uma racionalidade material/cultural, de práticas particularistas, uma vez que adota a ideia particular de cultura, predominando o “próprio”, com respeito ao “dos outros”, mas que excede esse respeito ao ser confrontada com outras realidades e julgá-las como inferiores. Foi na busca, então, por uma visão de direitos humanos que não reproduzisse padrões de exclusão, mas sim investisse em uma “universalidade das garantias e respeito pelo diferente”, que o autor propôs a visão *complexa*, com base em uma racionalidade de resistência e uma prática intercultural situada a partir da periferia, pois

[...] assume a realidade e a presença de múltiplas vozes, todas com o mesmo direito a expressar-se, a denunciar, a exigir e a lutar. Seria como passar de uma concepção representativa do mundo a uma concepção democrática que prima pela participação e pelas decisões coletivas (FLORES, 2002, p. 16).

O esforço histórico em tentar-se negar ou inferiorizar outras realidades/culturas que não se adequem à realidade/cultura dominante é um traço por si colonial, assim como a busca em se alcançar uma pretensa universalidade dos direitos humanos também o é. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), portanto, adotada em 1948 pela AGNU, na versão daqueles que a constituíram, “estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos”⁵⁹, consagrando o princípio de igualdade segundo o qual todos os seres humanos são iguais perante a lei, sem qualquer distinção⁶⁰ (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

⁵⁹ Ver “NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.”.

⁶⁰ Artigo VII da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Contudo, de acordo com Campaña (2007, p. 8-9), a proclamação desse documento, em verdade, traduz-se na primeira manifestação jurídica de globalização dos direitos humanos e, conseqüentemente, dos “valores morais que esses direitos representam”. Isso porque, em tendo sido elaborada em um contexto de pós-II Guerra Mundial, pelas mesmas potências que dela saíram vencedoras – as quais redigiram, igualmente, a Carta das Nações Unidas –, os direitos elencados e protegidos pela Declaração acabam por refletir o entendimento particular dos países sobre a questão, e essa constatação pressupõe “usar a sociedade ocidental, sua cultura, estrutura política e social como um modelo ideal com alcance universal”.

Desse modo, verifica-se que a universalidade dos direitos humanos, inicialmente prevista e defendida ao longo da Carta das Nações Unidas e, posteriormente, consolidada por meio da DUDH, edificou-se sob um pretenso discurso inclusivo e abstrato de todos os seres, apenas para, na prática, agir de modo contraditório ao excluir grupos específicos – invariavelmente sob um fundo discriminatório em relação à nacionalidade, raça e/ou classe – do seu campo de proteção. A exclusão opera-se, inclusive, por meio da institucionalização da legitimação de guerras em prol da “segurança mundial”, onde esses direitos, juntamente com as leis internacionais, são flagrantemente transgredidos de maneira legítima por “operadores da paz” (RUBIO, 2018, p. 172-173).

A crítica de Zolo (2007, p. 30; 38; 85) sobre a aparente “normalização” da guerra reside na observação de que esta foi facilitada pela expansão, desde o fim da bipolaridade despontada durante a Guerra Fria, do militarismo humanitário excessivo promovido, principalmente, pelos EUA e seus aliados. Associado ao discurso permissivo do “*jus ad bellum*”, bem como através de seus assentos permanentes no CSNU, as potências ocidentais vêm empregando, arbitrariamente, cada vez mais forças militares, sob a égide das missões de paz autorizadas pela Carta das Nações Unidas, alcançando um *status* de “polícia mundial”. O autor denuncia, ainda, o modo como essas operações, conduzidas pelas próprias potências interessadas, com seu respectivo contingente de força militar nacional, contribui com a inobservância dos direitos humanos e, por consequência, da própria responsabilidade assumida por esses países ao assumirem cargos que deveriam prezar pela segurança coletiva internacional:

[...] o Conselho de Segurança se limitou durante essas décadas a distribuir *letters of marque* ou <cartas de corso>, ou seja, poderes ilimitados concedidos às grandes potências interessadas em conduzir operações militares de imposição da paz ou que exigiram fazê-lo imperativamente. [...]. Isso aconteceu de maneira paradigmática, na [...] Guerra do Golfo de 1991 e foi repetido na Somália, Ruanda [...]. Em todos esses casos, [...] os Estados disponíveis e interessados foram autorizados a usar sua força militar sob seu próprio comando e controle, [...]. De fato, o Conselho de Segurança abdicou de sua função principal - o controle e a limitação do uso da força internacional - e estava disposto não apenas a autorizar o uso da força além das disposições da Carta, mas também a legitimar *ex post* os comportamentos de guerra das grandes potências, incluindo o uso de armas de destruição em massa, [...] sem mencionar o extermínio de civis inocentes (ZOLO, 2007, p. 38-39, tradução livre)⁶¹.

Assim sendo, não é forçoso dizer que a função do CSNU, em tese, é manter a paz e segurança internacionais, assim como garantir o respeito aos direitos humanos no âmbito das relações internacionais. Contudo, esse projeto já nasce falho ao ser confrontado com as teorias críticas, tanto descolonial quanto de direitos humanos, uma vez que permitem com que, através dos seus discursos, seja provocado um estranhamento da atuação do Conselho e, principalmente dos seus membros permanentes, detentores da prerrogativa de veto, altamente controversa.

A composição do CSNU, quando analisada diante da guerra civil de Ruanda, e o poder de veto, analisado sob a guerra civil síria – selecionados por representarem casos emblemáticos de falhas do CSNU no cumprimento de seus deveres perante o sistema internacional –, e ambos os casos sob a ótica das teorias críticas, evidenciam o reflexo de sua constituição colonial ao priorizar interesses particulares ocidentais em detrimento de direitos humanos (ainda que monoculturalmente) protegidos internacionalmente, assim como a não-normalidade do poder de veto e o seu papel como um instrumento que perpetua colonialidade do poder em âmbito institucional, respectivamente.

⁶¹ No original: “[...] el Consejo de Seguridad se limitó durante estas décadas a distribuir letters of marque o <patentes de corso>, es decir, poderes ilimitados otorgados a las grandes potencias que se mostraban interesadas en conducir operaciones militares de peace-enforcing o que exigían hacerlo imperiosamente. [...]. Esto ocurrió de modo paradigmático, [...] en la guerra del Golfo de 1991 y se repitió en Somalia, Ruanda [...]. En todos estos casos, [...] los Estados disponibles e interesados fueron autorizados a usar su fuerza militar bajo su propio mando y control, [...]. En realidad, el Consejo de Seguridad abdicó de su función primaria – el control y la limitación del uso de la fuerza internacional – y se mostró dispuesto no sólo a autorizar el uso de la fuerza más allá de lo previsto en la Carta, sino también a legitimar *ex post* las conductas bélicas de las grandes potencias, incluso el uso de armas de destrucción masiva [...], por no hablar del extermínio de civiles inocentes.”.

Pergunta-se: segurança e paz são direitos humanos? Mesmo trazidos por ocasião da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos Humanos – documentos por si só coloniais –, são direitos, não todos os direitos mas, ainda assim, direitos humanos. Logo, quando nem mesmo os direitos humanos, monoculturalmente definidos e defendidos no âmbito da ONU, são efetivados, esvazia-se a função do Conselho de Segurança, que justificaria sua atuação, restando tão somente o exercício do poder.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da modernidade, conforme discutido e demonstrado na primeira seção do presente trabalho, foi responsável por posicionar a Europa, ao final do século XV, como centro da história do mundo, tendo recorrido à colonização e encobrimento do "outro" – o não europeu –, para se estabelecer como uma prática de poder, na figura do eurocentrismo. Foi ao ter projetado a Europa e, conseqüentemente, a cultura europeia, como fonte principal tanto de produção de conhecimento, quanto de padrão étnico e racial, que a noção e divisão de povos “civilizados” e “não civilizados” começou a ser delineada.

A elevação europeia ao *status* de poder hegemônico, com a expansão massiva de sua cultura através da prática da colonização, sob uma falsa premissa salvadora de missões civilizatórias, sobre os povos “descobertos”, gerou um novo conceito de padrão de poder: o da colonialidade. Esse novo padrão de poder, por sua vez, provou-se mais duradouro que o processo de colonialismo reproduzido sob a égide da hegemonia eurocêntrica, uma vez que ao passo que este foi levado a cabo a partir do processo de descolonização dos territórios/povos, aquele perdura no tempo, independentemente da emancipação alcançada, pois continua a ser reproduzido, às vezes de forma invisível, na forma como o conhecimento é conduzido, assim como no âmbito do trabalho e das relações intersubjetivas desses povos concebidos como subalternos.

Apesar de ter sido consolidada por muito tempo como uma hegemonia, a Europa, no século XX, cedeu lugar – não voluntariamente –, à potência estadunidense em ascendência, tendo fornecido, além disso, os fundamentos necessários à própria experiência ocidental da modernidade, a qual teve seu alcance expandido, englobando, na reprodução de suas práticas, além de povos, âmbitos institucionais. A hegemonia ocidental, então, continuou a valer-se de pretensos valores “universais” para poder justificar sua intervenção em zonas concebidas como não civilizadas ou, ainda, menos desenvolvidas.

Como forma de “resposta” à continuidade desse padrão de poder, uma nova ferramenta política, epistemológica e social foi iniciada ao fim do século XX, representada pela teoria crítica descolonial desenvolvida na América Latina a partir de autores latino-americanos. Estes buscaram fomentar, por meio da teoria crítica, discursos e diálogos capazes de promover a libertação de todos os tipos de

dominação e opressão, agindo como um movimento de descobrimento e de revalorização de teorias e epistemologias outras.

Desse modo, segundo analisado na segunda seção desse estudo, o projeto eurocêntrico que, durante o século XX, deu lugar ao projeto ocidentalcêntrico de poder, encontrou, na instituição de uma organização internacional permanente como a ONU, um forte meio de reprodução e consolidação de seu *status* hegemônico na nova ordem mundial que se iniciava.

Antes disso, ressalta-se, a colonialidade já havia sido experienciada pelas potências no início do século XX, ainda sob a égide da hegemonia britânica, através da Liga das Nações, após o término da primeira grande guerra, criada como um instrumento de segurança coletiva em âmbito internacional. A estrutura sob a qual foi constituída previa, além da união de esforços dos Estados-membros ratificantes do Pacto, para evitar que um novo conflito daquela magnitude voltasse a ocorrer, o direito dos países ganhadores de tutelar os países por eles derrotados que tivessem permanecido como colônias. Esses países foram, conseqüentemente, considerados como sendo “habitados por povos ainda incapazes de se dirigirem a si próprios”, em uma clara tentativa de manter a administração do poder dessas nações sob o jugo de um pequeno grupo de Estados.

A Organização das Nações Unidas, criada através da Carta de São Francisco, no pós-Segunda Guerra Mundial, surgiu, portanto, em um contexto histórico de transição da ordem mundial eurocêntrica para uma ocidentalcêntrica, isso devido, principalmente, à ascensão dos Estados Unidos – país que compôs a frente vencedora dos Aliados. Foi nesse cenário de comando hegemônico e hierarquizado, então, que a Organização e sua estrutura foram elaboradas, assim como o Conselho de Segurança, formado pelo denominado P5 (EUA, França, Reino Unido, Rússia (ex URSS) e China), que, supostamente, teria como função primordial assegurar a paz e segurança internacionais.

O Conselho de Segurança, por seu turno, classificado como órgão de grande importância dentro da Organização Internacional que é a ONU, ante seu caráter decisório com poder de vinculação perante os Estados-membros, também teve sua regulamentação na Carta das Nações Unidas. Presume-se que, por ter sua função regulada por um documento que o vincula, deveria seguir, em tese, os princípios nele estabelecidos, de modo a conduzir sua atuação no âmbito da

agenda externa, como, por exemplo: o princípio da igualdade soberana de todos os seus membros, princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos. Isto é, não poderia agir de forma discricionária, de acordo com interesses particulares das potências à frente desse órgão e com ingerência infundada em relação aos demais Estados, que são soberanos.

Assim, inferiu-se que a proposição de que um reduzido grupo de nações “superiores” e “civilizadas” possui uma prerrogativa legítima de exercer domínio sobre as demais – agora não somente no âmbito dos limites representados pelos territórios, mas sim institucional –, está na base da então perspectiva de mundo eurocêntrica e, posteriormente, também da ocidentalizada. A colonialidade, portanto, experienciada através da Liga das Nações, foi reproduzida por ocasião da constituição das Nações Unidas, uma vez que manteve garantida a administração do poder sob o domínio do pequeno núcleo de países que a estabeleceu. Embora sob um discurso com uma roupagem mais sofisticada, a colonialidade da nova organização internacional foi repetida por meio do seu documento constitutivo e do modo como foi arquitetada, refletida, principalmente, no CSNU e no seu poder de veto.

O veto, trazido na terceira e última seção do trabalho, restrito à aplicação dos membros permanentes do CSNU – e tão somente a eles, uma vez não terem os membros rotativos o mesmo direito –, demonstrou ser um importante instrumento no intento de preservar o contexto de poder vivenciado no período do pós-II Guerra Mundial, permitindo com que agendas fossem ou não adotadas e, conseqüentemente, medidas fossem assumidas através de resoluções editadas pelo Conselho, a depender do (des)interesse de cada membro detentor dessa prerrogativa.

Conforme se demonstrou, o veto foi objeto de diversas controvérsias entre os Estados-membros da ONU, os quais buscaram extinguir ou limitar a extensão do seu uso pelas potências do P5, alternando-se os motivos entre acusações de monopolização do poder e ruptura de princípios inscritos na Carta das Nações Unidas, como o da igualdade soberana entre os países, e paralisação das atividades do CSNU devido à aplicação regular do veto, sempre que algum caso influísse em algum aspecto político ou econômico dos membros permanentes.

Foi trazido à discussão, ainda, dois casos de conflitos armados emblemáticos à comunidade internacional e à segurança coletiva promovida pelo CSNU, tendo um deles obtido desfecho e, o outro, permanecendo ainda operante, sendo eles os casos da guerra civil ruandesa e síria, respectivamente. Diante do que foi analisado, foi possível aferir que o desempenho da função do CSNU de manter a paz e segurança internacionais pode variar – e muito –, a depender do envolvimento de interesses nacionais dos países com assento permanente.

O conflito ruandês foi marcado pela inatividade do Conselho que, mesmo diante do apelo por oficiais à frente da missão de paz enviada àquele território para tentar implementar acordos firmados entre as partes conflitantes, pouco ou nada fez para impedir o genocídio anunciado. Verificou-se que a ausência de utilidade da causa à política externa estadunidense fez com que seu representante, no CSNU, atuasse de forma veemente para que a missão de paz enviada fosse interrompida e, as forças militares, retornadas, uma vez que restou evidente que a perspectiva de execução dos acordos firmados diminuía proporcionalmente ao aumento da violência no país. Com isso, os EUA poupariam tanto dinheiro quanto nacionais necessariamente envolvidos em situações como aquela. A suspeita composição do CSNU, durante o período de vigência do conflito, também se demonstrou controversa, visto possuir em seu quadro de assentos não permanentes um representante ruandês de etnia hutu – curiosamente, a etnia daqueles responsáveis pelo início do genocídio, questionando-se a sua posição privilegiada nas reuniões que discutiram a situação ruandesa e o seu possível impacto nos crimes perpetrados.

A guerra civil síria, por seu turno, é uma tragédia ainda em curso, aonde direitos humanos e de autodeterminação vêm sendo continuamente transgredidos por civis, no caso dos rebeldes opositores sírios, governo sírio, na figura de Bashar Al-Assad, e o próprio CSNU, por seus membros. Analisando o caso por meio da pesquisa de atas de reuniões dos membros permanentes e não permanentes, tratando sobre a questão no oriente médio e, de modo mais específico, a situação síria, assim como de resoluções editadas e propostas de resoluções vetadas, aferiu-se que a atuação do CSNU no conflito, apesar de, por vezes, aparentar inércia, ocorreu, desde o princípio, intensamente. O que se passa é que sua atuação é desempenhada, quando não nos bastidores, sob a ameaça de veto por algum membro permanente visando a não adoção de alguma

agenda que implique negativamente em seus interesses políticos e/ou econômicos, por meio de reuniões publicamente registradas, onde se pode verificar as acusações trocadas, publicamente, entre o P5, e assim como, invariavelmente, o membro representante do governo sírio no Conselho.

Foi possível averiguar, em ambos os casos trazidos e discutidos sob a perspectiva descolonial e crítica dos direitos humanos, que a estrutura da ONU, projetada por potências hegemônicas e coloniais como os EUA, Reino Unido, Rússia, França e China, em 1945, não permaneceu imune às ideologias e práticas de poder reproduzidas por seus fundadores. Ao arquitetarem a organização internacional, com seus órgãos integrantes, as funções respectivas que lhes caberiam, e o modo como atuariam perante o sistema internacional e, conseqüentemente, as relações internacionais, receberam-nas através de visões eurocentradas e ocidentalcêntricas, enfim, sob perspectivas do Norte.

Como consequência, tendo em conta o contexto sob o qual a ONU foi constituída, bem como que, desde a assinatura da Carta das Nações Unidas, poucas foram as alterações aprovadas – e, em menor escala, no CSNU –, infere-se que sua estrutura mantém-se, ainda, sob uma composição de poder global que remonta aos meados do século XX, exercida por um centro geográfico que não mais representa o cenário e as realidades de poder atuais.

Ao recorrer-se à teoria crítica descolonial, buscou-se não aplicá-la como uma proposta de reformulação da ONU – apesar de que, de acordo com as análises realizadas, esta ser uma das vias possíveis –, mas sim como uma perspectiva capaz de evidenciar um modelo de instituição constituído sob bases ocidentalizadas.

Assim, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, um dos principais órgãos da ONU, e o único órgão a possuir poder decisório, ao que se verificou por meio do presente trabalho, sob a perspectiva descolonial, através do veto – resguardado ao uso do núcleo das cinco potências permanentes do CSNU como herança do triunfo da segunda grande guerra –, e ante a sua função de manter a paz e segurança internacionais, figura como um instrumento legitimador da colonialidade do poder a nível institucional/internacional no âmbito das relações internacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Ricardo da Costa Aguiar. **O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e suas propostas de reforma**. Brasília: Funag, 2013.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 936 p. Tradução de: Sérgio Bath.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**., Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 nov. 2019.

BARNETT, Michael. **Eyewitness to a genocide: the United Nations and Rwanda**. New York: Cornell University Press, 2002. 215 p.

BETTS, Raymond F. **Decolonization**. 2. ed. London: Routledge, 2004. 144 p. (The Making of the Contemporary World).

BRASIL, Decreto n. 4.388. **Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. Brasília, DF: Planalto, 25 set. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL, Nações Unidas. **Como trabalhar na ONU?**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/vagas/trabalho/>. Acesso em: 20 out. 2019.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (Comp.). **El giro decolonial**: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. 308 p.

CAMPAÑA, Farith Simon. Globalización, pluralismo jurídico y derechos humanos. **juris Dictio**, [S.l.], v. 7, n. 10, p.7-10, 1 jan. 2007. Universidad San Francisco De Quito. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18272/iu.v7i10.655>>. Acesso em: 19 nov. 2019.

CLÍMACO, Danilo Assis. (2014). Prólogo. In: A. Quijano, *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder* (pp. 14-15). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.

CORONIL, Fernando. Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgar. (Org). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales**, Buenos Aires, CLACSO, 2000.

CORRÊA, Luís Fernando Casara. Confrontos na Síria: A Teoria Crítica Aplicada ao Conselho de Segurança. **Rari – Revista Acadêmica de Relações Internacionais**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p.47-58, jul. 2013.

DALLAIRE, Roméo. **Shake Hands with the Devil: The Failure of Humanity in Rwanda**. New York: Carroll & Graf, 2004. 594 p.

DUSSEL, Enrique. **1942: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade** : Conferências de Frankfurt. Petrópolis: Vozes, 1993. Tradução de: Jaime A. Clasen.

_____. Europa, modernidade e Eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 25-34.

ECOSOC. **Members**. Disponível em: <<https://www.un.org/ecosoc/en/content/members>>. Acesso em: 23 set. 2019.

FERENCZ, Benjamin B. Defining Aggression: Where it Stands and Where it's Going. **The American Journal Of International Law**. Washington, p. 491-508. jul. 1972.

FIGUEIREDO, Carlos Vinicius da Silva. **ESTUDOS SUBALTERNOS: UMA INTRODUÇÃO**. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2010. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/viewFile/619/522>>. Acesso em: 18 out. 2019.

FORUM, Global Policy. **Changing Patterns in the Use of the Veto in the Security Council**. 2019. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/102-tables-and-charts/32810-changing-patterns-in-the-use-of-the-veto-in-the-security-council.html>>. Acesso em: 19 out. 2019.

_____. **Subjects of UN Security Council Vetoes**. 2019. Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/102-tables-and-charts/40069-subjects-of-un-security-council-vetoes.html?tmpl=component&print=1&page=>>. Acesso em: 19 out. 2019.

FRATTINI, Eric. **ONU: Historia de la corrupción**. Espanha: Bubok, 2009.

GARCIA, Eugênio Vargas. **O sexto membro permanente: o Brasil e a criação da ONU**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

_____. **Conselho de Segurança das Nações Unidas**. Brasília: Funag, 2013. 133 p.

GENERAL, United Nations Secretary. **Note to correspondents - transcript of a press conference by Kofi Annan, Joint Special Envoy for Syria**. 2012. Disponível em: <<https://www.un.org/sg/en/content/sg/note-correspondents/2012-08-02/note-correspondents-transcript-press-conference-kofi-annan>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

GUIMARÃES, Fernanda; CARVALHO, Patrícia Nasser de. A atuação do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Guerra Civil Síria: conflitos de interesse e impasses entre os P5 e a consequente falta de resolução para a questão. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 66-83, Jul./Dez. 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/austral/article/download/76055/47677>>. Acesso em: 18. Nov 2019.

GROSFOGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, mar. 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/rccs/697>>. Acesso em: 17 nov. 2019.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 501 p. Tradução de: Berilo Vargas.

FLORES, Joaquin. Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência. **Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 23, n. 44, p. 9-30. 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15330/13921>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

HOBBSBAWN, Eric. **A Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 478 p. Tradução de: Marcos Santarrita.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

_____. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: LANDER, Edgardo. A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso, 2007. p. 222-260.

LIGA DAS NAÇÕES. **Pacto da Sociedade das Nações**. 1919. Disponível em: <https://goo.gl/gH4EK7>. Acesso em: 18 nov. 2019.

LOWE, Vaughan et al (Ed.). **The United Nations Security Council and War**: The Evolution of Thought and Practice since 1945. New York: Oxford University Press, 2008.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Curso de Direito Internacional Público**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

MIGNOLO, Walter D. **Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina"**: a direita, a esquerda e a opção descolonial. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 53, p. 237-250, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **The Darker Side Of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options.** Durham: Duke University Press, 2011. 409 p.

_____. **Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges and Border Thinking.** New Jersey: Princeton University Press, 2012

NACIONES UNIDAS. **1944 -1945: Conferencia de Dumbarton Oaks y Yalta.** 1945. Disponível em: <<https://www.un.org/es/sections/history-united-nations-charter/1944-1945-dumbarton-oaks-and-yalta/index.html>>. Acesso em: 30 set. 2019.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos,** 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 19 nov. 2019.”.

_____. **Conselho de Segurança,** 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/como-funciona/conselho-de-seguranca/>>. Acesso em 25 set. 2019.

_____. **Países-membros da ONU,** 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/>>. Acesso em 29 set. 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas.** 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 15 set. 2019.

NAHORY, Céline. **The Hidden Veto.** 2004. Global Policy Form Disponível em: <<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/185/42656.html>>. Acesso em: 22 out. 2019.

NASCIMENTO, Alisson Reis. Conselho de Segurança da ONU e a hegemonia estadunidense: reflexos da manutenção de uma ordem mundial unipolar no pós-guerra fria. **Univ. Rel. Int.,** Brasília, v. 7, n. 1, p.71-98, jan./jun. 2009.

NATIONS, United. **Security Council Meetings in 2019.** 2019. Disponível em: <<http://research.un.org/en/docs/sc/quick/meetings/2019>>. Acesso em: 04 nov. 2019

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva.** 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 232 p.

PAULA, Luiz Augusto Módolo de. **Genocídio e o Tribunal Penal Internacional para Ruanda.** 2011. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-26032012-114115/publico/DISSERTACAO_Luiz_Augusto_Modolo_de_Paula.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

PAUL, James A.. **Security Council Reform: Arguments about the Future of the United Nations System.** 1995. Global Policy Forum. Disponível em:

<<https://www.globalpolicy.org/component/content/article/185/41128.html>>. Acesso em: 14 out. 2019.

PEREIRA, Demetrius Cesário; PEREIRA, Alexsandro Eugenio. A reforma do conselho de segurança da ONU e sua supranacionalidade: menos eficácia no futuro?. In: SCHMITZ, Guilherme de Oliveira; ROCHA, Rafael Assumpção (Org.). **Brasil e o Sistema das Nações Unidas: desafios e oportunidades na governança global**. Brasília: Ipea, 2017. p. 89-119.

PICCOLLI, Larlecianne; MACHADO, Lauren; MONTEIRO, Valeska Ferazza. A Guerra Híbrida e o Papel da Rússia no Conflito Sírio. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p.189-203, jul. 2016. Disponível em: <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/63960>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidad**. Perú Indígena, Lima, v.12, n.29, p.11-20, 1992.

_____. WALLERSTEIN, Immanuel. **Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system**. International Social Science Journal, v. 44, p. 549-57, 1992.

_____. **Colonialidad del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina**. In: Anuário Mariateguiano. Lima: Amatua, v. 9, n. 9, 1997

_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142.

REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROBERTS, Adam. Proposals for UN Standing Forces: A Critical History. In: LOWE, Vaughan et al (Ed.). **The United Nations Security Council and War: The Evolution of Thought and Practice since 1945**. New York: Oxford University Press, 2008. Cap. 4. p. 99-132.

ROSEVICS, Larissa. **Do pós-colonial à decolonialidade**. In: CARVALO, Glauber (Org.). **Diálogos Internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: PerSe, 2017. p. 190-195.

RUBIO, David Sánchez. **Derechos humanos instituyentes, pensamiento crítico y praxis de liberación**. Ciudad de México: Ediciones Akal, 2018. 336 p.

SARDENBERG, Ronaldo Mota. Reforma das Nações Unidas: impasses, progressos e perspectivas. In: IV Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional: o Brasil no mundo que vem aí, 2009, Rio de Janeiro. **Seminário sobre a reforma da ONU**. Brasília: Funag, 2010. p. 43 - 62.

SATO, Eiiti. Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. **Revista brasileira política internacional**, Brasília,

v. 46, n. 2, p. 161-176, Dez. 2003 . Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292003000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2019.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. Veto na ONU expõe isolamento dos EUA. **Folha de São Paulo**, Washington, 24 nov. 1996. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/24/mundo/7.html>>. Acesso em: 23 set. 2019.

SILVA, Karine de Souza; BOFF, Ricardo Bruno. NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS: DO EUROCENTRISMO EXCLUDENTE À PLURIVERSALIDADE DA ONU. In: SCHMITZ, Guilherme de Oliveira; ROCHA, Rafael Assumpção (Org.). **Brasil e o Sistema das Nações Unidas: desafios e oportunidades na governança global**. Brasília: Ipea, 2017. p. 59-88.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Os tribunais internacionais contemporâneos**. Brasília: FUNAG, 2013. 132 p.

UNITED NATIONS, General Assembly Resolution 1991 "Question of equitable representation on the Security Council and the Economic and Social Council", **A/RES/1991(XVIII)A-B** (17 december 1963), disponível em:
<[https://undocs.org/en/A/RES/1991\(XVIII\)](https://undocs.org/en/A/RES/1991(XVIII))>. Acesso em: 12 out. 2019.

UNITED NATIONS, General Assembly "Question of equitable representation on and increase in the membership of the Security Council and related matters", **A/49/PV.32** (14 october 1994), disponível em:
<<https://digitallibrary.un.org/record/169006?ln=en>>. Acesso em: 20 out. 2019.

UNITED NATIONS, Security Council. **S/RES/909 (1994)**. Disponível em:
<[https://undocs.org/S/RES/909\(1994\)](https://undocs.org/S/RES/909(1994))>. Acesso em: 10 nov. 2019.

UNITED NATIONS, Meetings Coverage and Press Releases, Security Council fails to nominate secretary-general for second term. SG/2030, 19 november 1996, disponível em: <www.un.org/press/en/1996/19961119.sg2030.html>. Acesso em: 23 set. 2019.

UNITED NATIONS, Security Council "Official Communique of the 3714th (closed) meeting of the Security Council", **S/PV.3714** (19 november 1996), disponível em:
<<https://undocs.org/en/S/PV.3714>>. Acesso em: 16 out. 2019.

UNITED NATIONS, Security Council. **Official Verbatim Records: 8567th meeting**. 27 June 2019. Disponível em: <<https://undocs.org/en/S/PV.8567>>. Acesso em 23 jun. 2019.

UNITED NATIONS, Security Council. **S/1999/1257**. Report of the Independent Inquiry. Disponível em: <<https://undocs.org/S/1999/1257>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

UNITED NATIONS, Security Council "The situation in Bosnia and Herzegovina", **S/PV.4563** (30 june 2002), disponível em: <<https://undocs.org/en/S/PV.4563>>. Acesso em: 17 out. 2019.

UNITED NATIONS, Security Council "The situation in the Middle East", **S/PV.6524** (27 december 2011), Disponível em: <<https://undocs.org/en/S/PV.6524>>. Acesso em: 16 out. 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century**. New York: Academy Press, 1974.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ZIFCAK, Spencer. The Responsibility to Protect After Libya and Syria. **Melbourne Journal of International Law**, Melbourne, v. 13, n. 1, p.59-93, 2012. Disponível em: <<http://www.austlii.edu.au/au/journals/MelbJlntLaw/2012/3.html>>. Acesso em 25 out. 2019.

ZOLO, Danilo. **La justicia de los vencedores: De Nuremberg a Bagdad**. Madrid: Editorial Trotta, 2007. 208 p.